



Cátia Regina Furtado da Costa

Repositório Digital  
Ecomuseu Delta do Parnaíba

Cátia Regina Furtado da Costa

Repositório Digital  
Ecomuseu Delta do Parnaíba

Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial Prof. Cândido Athayde – *Campus* Parnaíba  
Serviço de Processamento

C837i Costa, Cátia Regina Furtado da.  
Implantação da política de informação para o repositório temático Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí [manuscrito] / Cátia Regina Furtado da Costa. – 2019.  
60 f.: il.

Impresso por computador (printout).

Dissertação (Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia) – Universidade Federal do Piauí, 2019.

Orientação: Prof.º Ma. Elenilce Soares Mourão

1. Ciência da Informação. – Tecnologias. 2. Repositórios Digitais. – Gestão da Informação. 3. Política de Informação - Repositório Temático. 4. Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia – PPGAPM. I. Título.

CDD: 020

© Copyright 2019

**Cátia Regina Furtado da Costa**  
Repositório Digital | Ecomuseu Delta do Parnaíba

#### Créditos

Este trabalho é parte dos resultados de estudos e intervenções sob o título “Repositório Digital | Ecomuseu Delta do Parnaíba”.

#### Edições Museu da Vila

2019 | Repositório Digital | Ecomuseu Delta do Parnaíba

#### Universidade Federal do Piauí

**Reitor** | Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

**Vice-reitora** | Prof.º Dr.º Nadir do Nascimento Nogueira

**Pró-reitora de Ensino de Pós-graduação** | Prof.º Dr.º Regina Lúcia Ferreira Gomes

**Coordenador de Programas Stricto Sensu** | Prof. Dr. Welter Cantanhêde da Silva

**Diretor do *Campus* Ministro Reis Veloso** | Prof. Dr. Alexandro Marinho Oliveira

**Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia** | Prof.º Dra. Áurea da Paz Pinheiro

**Orientadora do Trabalho Final de Mestrado** | Prof.º Ma Elenilce Soares Mourão

**Co-orientadora do Trabalho Final de Mestrado** | Prof.º Dra. Áurea da Paz Pinheiro

#### Banca Examinadora

Prof.º Ma Elenilce Soares Mourão | UFPI | Brasil

Prof.º Dra. Áurea da Paz Pinheiro | UFPI Brasil

Prof. Dr. Dalton Martins | UnB | Brasil

Prof.º Dra. Luciana Conrado Martins | UFPI | Brasil

**Capa** | Fotografia de Cássia Moura, com concepção gráfica de Rosa Karina C. Cavalcante

**Fotografias** | Acervo Museu da Vila

**Concepção e composição gráfica** | Rosa Karina Carvalho Cavalcante

**Impressão e acabamento** | Gráfica

**Museu da Vila | Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia**

Rua José Quirino | Bairro Coqueiro | Luís Correia | PI

www.museologiapiui.com | e-mail: mapm@ufpi.edu.br

CÁTIA REGINA FURTADO DA COSTA

## REPOSITÓRIO DIGITAL | ECOMUSEU DELTA DO PARNAÍBA

Trabalho Final apresentado ao Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Edital nº 01/2016

3º Turma | 2017-2019

Orientadora: Prof.ª Ma. Elenilce Soares Mourão

Co-orientadora: Prof.ª Dra. Áurea da Paz Pinheiro

Trabalho apresentado e aprovado em 15 de julho de 2019

### BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Ma. Elenilce Soares Mourão  
(Orientadora | Universidade Federal do Piauí - UFPI)

Prof.ª Dra. Áurea da Paz Pinheiro  
(Co-orientadora | Universidade Federal do Piauí | UFPI)

Prof.ª Dra. Luciana Conrado Martins  
(Avaliadora Interna | Universidade Federal do Piauí | UFPI)

Prof. Dr. Dalton Martins  
(Avaliador Externo | Universidade de Brasília | UNB)

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu Cátia Regina Furtado da Costa, declaro que o trabalho sob o título "REPOSITÓRIO DIGITAL | ECOMUSEU DELTA DO PARNAÍBA", é o resultado da minha investigação associada ao Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas nas referências ou outras listagens de fontes documentais, tais como todas as citações diretas ou indiretas têm a devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parnaíba (PI), de 15 julho de 2019.

Cátia Regina Furtado da Costa

## AGRADECIMENTOS

A Deus!

A meus pais (*in memoriam*)!

A meus filhos Diego e Luiz Eduardo minha fortaleza.

A meu esposo José Nilton pela paciência e apoio constante.

A meus irmãos Claudia, Carla e Luiz Antônio meus pilares.

A Prof.ª Dr.ª Áurea Pinheiro Paz pelas orientações e contribuições de grande relevância para a conclusão deste trabalho.

A Prof.ª Dr.ª Cássia Moura pelas palavras de apoio e pela cordialidade de sempre em nos receber.

A Prof.ª Dr.ª Luciana Martins pela disponibilidade e colaboração.

Ao Prof.ª Dr.ª Dalton Martins pela contribuição e conhecimentos.

A Prof.ª Elenilce Soares Mourão pela colaboração no decorrer da escrita do trabalho.

A toda comunidade do Coqueiro em especial a minha amiga Teresa.

Ao meu grande amigo Danilton Nóbrega (*in memoriam*) pela amizade.

As minhas amigas bibliotecárias Danyelle e Márcia pelos diálogos enriquecedores.

A Universidade Federal do Piauí e à coordenação desta pós-graduação, sem os quais eu não teria realizado este trabalho.

Aos meus colegas de turma e amigos que me acolheram e prestaram sua grande contribuição.

A todos o meu muito obrigada!

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa APA do Delta do Parnaíba | 00  
Espelho da página inicial do Repositório Temático MUDE | 00

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMBC	Associação de Moradores do Bairro do Coqueiro
APA	Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BOAI	Budapeste Open Access Initiative
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ITD	Instituto Tartarugas do Delta
IES	Instituição de Ensino Superior
MediaLab	Laboratório de pesquisa, desenvolvimento e inovação em mídias interativas
MUDE	Ecomuseu Delta do Parnaíba
MUV	Museu da Vila
AO	Open Access
OAI	Open Access Initiative
PMH	Protocol Metadata Harvesting
PPGAPM	Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Artes, Patrimônio e Museologia
RD	Repositório Digital
RI	Repositório Institucional
RT	Repositório Temático
SESC	Serviço Social do Comércio
TI	Tecnologia da Informação
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPI	Universidade Federal do Piauí

## RESUMO

Os repositórios digitais são ferramentas de acesso à comunicação e informação, que permitem armazenar, preservar e disseminar informações, contribuem para gerar novos conhecimentos por compartilhamento da produção já existente. São reconhecidos pelas instituições de ensino, pesquisa, cultura como uma importante aliada na gestão de suas produções; possibilitam ampla comunicação científica, contribuem para a visibilidade e credibilidade das instituições. O presente trabalho tem o objetivo de elaborar uma proposta de política de informação e implantação do Repositório Temático para o Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia com o uso do Tainacan, bem como desenvolver políticas que assegurem o desenvolvimento e funcionamento pleno do repositório temático, permitir o acesso livre às produções científicas do Programa de Pós-graduação do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia, gerenciar e recuperar a produção científica do programa com o uso do software tainacan e contribuir para ampliar a visibilidade da produção do Programa. O Tainacan é uma ferramenta flexível e poderosa para WordPress, que permite a gestão e a publicação de coleções digitais com a mesma facilidade de se publicar posts em blogs, mas mantendo todos os requisitos de uma plataforma profissional para repositórios. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica a partir da fundamentação por meio de livros, dissertações, artigos, etc. Com base nas informações adquiridas o estudo concluiu que inúmeros são os desafios para uma proposta de política de informação e implantação do Repositório Temático do Ecomuseu Delta do Parnaíba (MUDE). Esse trabalho é um projeto piloto e sua adesão envolve grandes mudanças na forma como a pesquisa será disseminada, publicada e preservada, além de trazer uma nova configuração ao ambiente da comunicação científica. Alguns aspectos influenciam diretamente o sucesso desse projeto, tais como: técnicos, ambiente e atores envolvidos, pois uma política de informação lançada em moldes não participativos estaria fadada ao fracasso. O desenvolvimento de um repositório em qualquer instituição é um projeto de longo prazo, dada sua complexidade é necessário o envolvimento de toda uma equipe. Sendo assim, este trabalho colabora de forma significativa para uma futura política de acesso à informação do Repositório Institucional da recém-criada Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPa, esse serviço disponibiliza a Biblioteca da Instituição e será um exercício para os cursos não só de pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, mas das pós-graduações de toda instituição.

Palavras-chave: Museologia. Inovação Social. Repositórios Digitais. Piauí. Tainacan.

# ABSTRACT

Digital repositories are communication and information access tools that allow the storage, preservation and dissemination of information, contributing to generate new knowledge by sharing existing production. They are recognized by educational institutions, research, culture as an important ally in the management of their productions; enable broad scientific communication, contribute to the visibility and credibility of institutions. This paper aims to develop a proposal for information policy and implementation of the Thematic Repository for the Graduate Program in Arts, Heritage and Museology with the use of Tainacan, as well as develop policies that ensure the development and full operation of the program. thematic repository, allow free access to the scientific productions of the Master's Degree Program in Arts, Heritage and Museology, manage and retrieve the scientific production of the program with the use of tainacan software and contribute to broaden the visibility of the production of the program.

Tainacan is a flexible and powerful tool for WordPress that enables you to manage and publish digital collections as easily as blogging posts, while maintaining all the requirements of a professional repository platform. It was used as methodology the bibliographical research from the foundation through books, dissertations, articles, etc. Based on the information acquired, the study concluded that there are numerous challenges for a proposed information policy and implementation of the Paraíba Delta Ecomuseum Thematic Repository (MUDE). This work is a pilot project and its adherence involves major changes in the way research will be disseminated, published and preserved, as well as bringing a new configuration to the scientific communication environment. Some aspects directly influence the success of this project, such as technicians, environment and actors involved, since an information policy launched in a non-participatory manner would be doomed to failure.

Developing a repository in any institution is a long-term project, because its complexity requires the involvement of an entire team. Thus, this work contributes significantly to a future policy of access to information of the Institutional Repository of the newly created Federal University of Paraíba Delta - UFDPa, this service provides the Library of the Institution and will be an exercise for courses not only of postgraduate studies in Arts, Heritage and Museology, but postgraduate studies in every institution.

Keywords: Museology; Social Innovation; Digital repositories; Paraíba; Tainacan

# SUMÁRIO

## 1 INTRODUÇÃO | 00

- 1.1 Problema | 00
- 1.2 Justificativa | 00
- 1.3 Objetivos | 00
  - 1.3.1 Geral | 00
  - 1.3.2 Específicos | 00
- 1.4 Públicos | 00
- 1.5 Produtos e Serviços | 00

## 2. ESTUDO DO CONTEXTO | 00

## 3. REVISÃO DE LITERATURA | 00

- 3.1 Contextualizando o Movimento de Acesso Aberto | 00
- 3.2 Movimento de Acesso Aberto no Brasil | 00
  - 3.2.1 Manifesto brasileiro | 00
- 3.3 Repositórios Digitais | 00
  - 3.3.1 tipos de Repositórios | 00
- 3.4 Etapas para construção do Repositório Temático | 00
- 3.5. Planejamento | 00
  - 3.5.1 Custos | 00
  - 3.5.2 Objetivo do RT | 00
  - 3.5.3 Equipe de Competência | 00
  - 3.5.4 Conselho Gestor | 00
  - 3.5.5 Equipe Técnica | 00
- 3.6 Políticas de Informação | 00
  - 3.6.1 Conteúdo | 00
  - 3.6.2 Preservação | 00
  - 3.6.3 Metadados | 00
  - 3.6.4 Submissão | 00
  - 3.6.5 Autoarquivamento | 00
  - 3.6.6 Acesso | 00
- 3.7 Implantação | 00
  - 3.7.1 Software e Funcionalidades | 00
    - 3.7.1.1 Boas práticas em instituições que usam o Tainacan | 00

# I INTRODUÇÃO

3.8 Funcionamento | 00

3.8.1 Marketing e Povoamento | 00

## 4. MÉTODOS E TÉCNICAS | 00

4.1 Tipo de pesquisa | 00

## 5. CONCLUSÃO | 00

## 6. REFERÊNCIAS | 00

### APÊNDICES

APÊNDICE A | Resolução da Política de Informação RT MUDE | 00

APÊNDICE B | TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO Temático MUDE | 00

APÊNDICE C | TERMO DE AUTORIZAÇÃO | 00

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de propor uma política de comunicação e informação, e implantação de Repositório Temático para Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia com o uso do Tainacan, uma ferramenta flexível e poderosa para WordPress, que permite a gestão e a publicação de coleções digitais com a mesma facilidade de se publicar posts em blogs, mas mantendo todos os requisitos de uma plataforma profissional para repositórios. A implantação do Repositório Temático do Programa de Pós-graduação visa a gestão de suas produções no campo da museologia e inovação social, produtos e serviços elaborados com e para as comunidades como resultados de Trabalhos Finais de Mestrado

O Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia é vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Veloso, em fase de transição para Universidade Federal do Delta, criada pela Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018.

Aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) em dezembro 2013, e início de suas atividades técnico profissionais e teórico-práticas em 2015, o Programa possui três linhas de pesquisa, 1) Artes, Patrimônio e Museologia, 2) Patrimônio, Sociedade e Educação Museal, e 3) Patrimônio, Turismo e Sustentabilidade.

Desde então, tem formado profissionais de várias áreas do conhecimento e produzido um significativo acervo de estudos e intervenções, que privilegiam a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, criada pelo Decreto Presidencial s/nº de 1996.

Dentre esses projetos, estudos e intervenções, desenvolvidos no Programa, está a criação do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória, que permitirá, associado à criação deste repositório temático, o acesso à informação de pesquisas, intervenções nos territórios, documentos oficiais, coleções do acervo institucional do Ecomuseu Delta do Parnaíba e seu primeiro núcleo museológico o Museu da Vila; acervos etnográficos (institucional e operacional), registros audiovisuais, sonoros, fotográficos, textuais, dentre outros. O Repositório Temático intitulado: "Ecomuseu Delta do Parnaíba" (MUDE) reunirá não apenas os trabalhos finais do Programa de Pós-Graduação sobre a Área de Proteção Ambiental APA Delta do Parnaíba, mas os artigos, documentários, fotografias, exposições realizadas por alunos, professores e colaboradores externos.

O Programa propõe aos mestrandos que realizem seus estudos e intervenções, projeto-ação, em uma perspectiva multidisciplinar e multiprofissional, que apresentem resultados de pesquisa em colóquios, congressos, fóruns, simpósios e em periódicos dos campos de estudos do mestrado, dentre outras formas de publicação e comunicação de trabalhos desenvolvidos ou em andamento. Hoje, o Programa tem uma significativa produção científica-cultural, que cresce em publicações sobre e na paisagem cultural da APA Delta do Parnaíba, um território rico e complexo em fauna, flora, ofícios, saberes, fazeres, celebrações, formas de expressão, lugares.

Dessa forma, segundo Camargo (1999, p. 49): “[...] torna-se necessário estabelecer diretrizes que visam a salvaguarda dessa produção intelectual, condição indispensável ao desenvolvimento científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere a sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional”.

A preocupação em documentar, preservar e comunicar trabalhos e publicações traz para o centro das discussões, questões relacionadas não apenas à preservação desse material, mas, também, à forma de organizar, promover, apoiar e facilitar o acesso e incentivo ao uso dessas informações.

Entende-se que as universidades precisam atuar de forma participativa no que se refere à disseminação dessa produção gerada por seus pesquisadores, buscando integrar-se ao livre acesso à informação, através da adoção de sistemas de informação que promovam o acesso livre dessa produção científica, que está associada à gestão da informação e à cadeia operatória da museologia.

Contudo, a primeira e principal ação desta proposta, no que se refere a disseminação dessas pesquisas, foi a elaboração de uma política de informação a partir da qual as produções do Programa possam ser tratadas, geridas e disponibilizadas, proporcionando visibilidade da instituição, de pesquisadores e outros agentes que buscam o desenvolvimento do território.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções e subseções: 1) introdução, com um breve relato sobre o Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM), o problema, a justificativa, públicos e produtos e serviços; 2) estudo do contexto, uma referência às pesquisas e ações realizadas no território da APA Delta do Parnaíba; 3) uma revisão de literatura, contextualizando o movimento de acesso aberto, com o surgimento dos repositórios digitais; 4)

as etapas para a construção do Repositório Temático; 5) os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa da qual se originou este trabalho final de mestrado.

## 1.1 Problema

As transformações ocasionadas pela globalização impactaram diretamente nos processos das organizações, pois as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) proporcionaram mudanças no modo de comunicar-se, de relacionar-se com os usuários, como, também, na forma de gerir, armazenar, organizar e compartilhar as informações na sociedade.

Em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão as Instituições de Ensino Superior produzem um grande volume de documentos, a saber: relatórios técnicos e de pesquisa, teses, dissertações, documentos originados de encontros científicos, como os anais de congressos, além de fotografias, documentos em áudio e vídeo. Entretanto, em muitos casos, para Silveira (2013), a própria comunidade acadêmica não tem acesso a grande parte das informações contidas naqueles documentos. Isso ocorre, principalmente, pela ineficiência (ou ausência) de critérios para tratamento dos documentos gerados por diversas atividades. Diante disso, presenciamos a perda de muitas informações que poderiam subsidiar pesquisas futuras.

Ao considerar esses problemas, a coordenação do PPGAPM tem o papel fundamental de produzir informações e conhecimento, pois no âmbito do Mestrado são criados e acumulados conhecimentos técnicos, educativos, científicos e culturais, capazes de fornecer subsídios para construção de novos conhecimentos relacionados às experiências e contextos locais, importantes para a gestão dos patrimônios, na elaboração de estudos, intervenções, materiais e metodologias, que contribuam para analisar a cultura material e imaterial, os museus e a arte, não somente como mecanismos de sustentabilidade, mas de sensibilização comunitária em relação aos patrimônios, enquanto recursos para o desenvolvimento local sustentável.

Com uma produção contínua, a Coordenação do Mestrado precisou buscar instrumentos que possibilitassem a organização, o armazenamento, a disseminação, a recuperação, o acesso e uso dessa informação.

Como o Mestrado é formado por multiprofissionais, os projetos são desenvolvidos a partir de habilidades e competências de cada mestrando-profissional. Como bibliotecária fui orientada a criar um repositório institucional temático como ferramenta de gestão dessas informações, desse conhecimento, que além de tratar da produção intelectual, também será responsável pela visibilidade do Programa e às Universidades (Federal do Piauí e Federal Delta do Parnaíba).

A partir desse contexto, a questão que norteou a presente investigação foi: Como organizar, salvaguardar, gerenciar e disseminar os estudos, intervenções e produções científicas realizadas pelos pesquisadores do Programa de Pós-graduação do Mestrado em Artes Patrimônio e Museologia?

## 1.2 Justificativa

A importância dos diálogos e pesquisas que são desenvolvidas em uma Instituto de Educação Superior, não diz respeito apenas ao envolvimento e participação de profissionais e pesquisadores, mas também da sociedade no seu todo, já que as reflexões propostas possibilitam o desenvolvimento de uma consciência histórico-cultural, elemento fundamental na formação da cidadania.

As publicações produzidas tornam-se fomentos para intercâmbio de saberes, experiências e práticas no campo do conhecimento científico, no ofício e modos de fazer de educadores e formadores de opinião, o que possibilita discussões em níveis e tendências diversas.

É de suma importância, não só reunir essa produção gerada, mas disseminar e socializá-la para todos, com isso as universidades contribuem socialmente para o desenvolvimento do país, promovendo a geração contínua de conhecimento.

Contudo, a produção do conhecimento exige medidas que facilitem a disseminação da informação.

○ sistema de comunicação científica demanda mecanismos que garantam a realização efetiva de todos os processos relacionados com a produção até o uso do conhecimento científico. Em suma, demandam mecanismos de gestão do conhecimento

- CC -, os quais são indispensáveis à efetividade das funções desempenhadas pelo sistema de comunicação científica (LEITE; COSTA, 2006, p. 207).

Nesse contexto fomos desafiados a desenvolver e implantar um sistema de comunicação científica para organizar e disseminar os resultados de projetos e produção técnico-científica dos mestrandos e professores do programa de mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia.

A necessidade de constituir bases sólidas de informação impõe-se, no mundo contemporâneo, como condição indispensável ao desenvolvimento científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere à sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional (CAMARCO, 1999, p. 49-50).

Para tanto, pensamos no Repositório Digital (RD), como ferramenta que vem sendo amplamente utilizada pelas universidades de todo o mundo, os RD: “cuja finalidade é gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica, artística e cultural produzida pelas instituições” (SAYÃO et al. 2009, p. 7).

Dessa forma, o RD parece ser a ferramenta mais viável na gestão da produção científica do PPCAPM, através do processo de comunicação, armazenamento, compartilhamento e disseminação dessa produção. Promovendo, assim, o aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da instituição.

## 1.3 Objetivos

### 1.3.1 Geral

Propor uma política de informação, e implantar um Repositório Temático para o Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia com o uso do Software Tainacan, portanto, um Repositório Temático com o título Ecomuseu Delta do Parnaíba (MUDE) com a finalidade de organizar, armazenar, disseminar o acesso à produção científica do Programa.

### 1.3.2 Específicos

- Elaborar uma proposta de política de informação;
- Criar o Repositório Temático MUDE;
- Desenvolver políticas que assegurem o desenvolvimento e funcionamento pleno do Repositório Temático;
- Permitir o acesso livre às produções científicas do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia;
- Gerenciar e recuperar a produção científica do Programa com o uso do software Tainacan;
- Contribuir para ampliar a visibilidade da produção do Programa.

## 1.4 Públicos

Em sentido alargado, nossos públicos incluem a comunidade de detentores do patrimônio cultural, instituições de ensino públicas e privadas, organizações sociais da APA Delta do Parnaíba e entorno; públicos interno, formado por pesquisadores do mestrado, docentes e discentes, docentes, colaboradores externos, professores visitantes, que desenvolvem estudos associados a temas, problemas e abordagens associados às temáticas do Programa, portando uma quantidade expressiva de estudos, pesquisas e intervenções realizadas nesse território rico e complexo em patrimônios e histórias de vida.

## 1.5 Produtos e Serviços

Uma proposta de política de informação e implantação do Repositório Temático Ecomuseu Delta do Parnaíba (MUDE), como instrumento para coleta, organização, disseminação e preservação de conhecimentos produzidos pelo Programa. Com o uso do Repositório Temático o estudos e intervenções vinculadas ao Programa serão disponibilizados, permitindo o acesso aberto e público à produção científica e intelectual do PPAPM, propiciando o aumento de sua visibilidade, acessibilidade e difusão.

Neste contexto, um dos principais objetivos dos RDs é o aumento da divulgação das pesquisas desenvolvidas e das produções das instituições de ensino e pesquisa. Dentro desse contexto tem-se a: “[...] oportunidade de se fortalecer institucionalmente a partir da visibilidade de sua produção acadêmica organizada e disponível, como um retrato fiel de sua instituição, a partir de seu repositório institucional” (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 19).

A partir da implantação do repositório, vários serviços, também, poderão ser oferecidos, mediante diretrizes que irão definir como o repositório será utilizado quais e como serão oferecidos:

Os repositórios digitais oferecem muitos benefícios em relação aos serviços digitais, auxiliando a comunidade científica na organização e aquisição de trabalhos científicos de uma determinada instituição ou comunidade, oferecendo acesso irrestrito, intercâmbios e troca de informações, bem como outros tipos de serviços e recursos. Porém, esses tipos de ambientes podem ampliar seus serviços, dando maior ênfase nos recursos ausentes (de acordo com a aplicação da estratégia de avaliação proposta), principalmente no que se refere aos recursos de acessibilidade. (CAMARGO; VIDOTTI, 2008, p.14).

Baseado em Leite (2009, p. 49), definimos alguns serviços que poderão ser implementados no desenvolvimento do Repositório Digital do PPMAPM:

- Pesquisa da produção científica PPGAPM
- Arquivamento Mediado
- Serviços de consulta e suporte ao preenchimento de metadados;

- Treinamento e suporte aos usuários para o depósito de documentos;
- Suporte via e-mail;
- Orientação sobre direitos autorais

## 2 ESTUDO DO CONTEXTO

## 2 ESTUDO DO CONTEXTO

O Programa de Pós-Graduação, modalidade Mestrado Profissional, é pioneiro nas regiões Norte e Nordeste, nomeadamente, no Meio Norte do Brasil, que inclui os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Iniciou suas atividades em abril de 2015.

Desde então, realiza um árduo e intenso trabalho no território da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, criada em 1996, e envolve diretamente empresas públicas, privadas, sociais e comunidades locais; sensibilizando-os para a importância de se, preservar, pesquisar, documentar e promover o patrimônio cultural e natural do lugar.

Entre 2015 a 2018, fomos contemplados com seis prêmios nacionais:

- 2017 - Em parceria com a Associação de Moradores do Bairro Coqueiro da Praia I AMBC, pequena vila de pescadores artesanais, localizada em Luís Correia, um dos 10 municípios da APA Delta do Parnaíba, com o edital Ministério da Cultura (MinC), 5ª edição do Prêmio Culturas Populares, Leandro Gomes de Barros, com o projeto de reabilitação da AMBC para instalação de um equipamento cultural na vila-bairro, localidade onde está situada a sede do Mestrado, desde junho de 2018;

- 2017 - Feira do Patrimônio, um dos projetos emblemáticos de educação e interpretação patrimonial do Mestrado, foi uma das finalistas da 30ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan | MinC, cujo objetivo é estimular o envolvimento da sociedade civil na busca pela salvaguarda e proteção dos bens culturais brasileiros. Os projetos participantes e que chegaram a final foram reconhecidos em nível nacional pelo órgão de proteção, como de relevância para a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, por terem como objeto os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos saber-fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e científico;

- 2017, com o edital da Agência Nacional das Águas (ANA - Capes), para pesquisa e produção de recursos didáticos para a escola básica. Portanto, hoje, ao acessar um celular, *tablet* ou computador, professores e alunos, em nível nacional e internacional, podem visualizar

o documentário e livro Povos das Águas, dedicado às comunidades ribeirinhas e praieiras do Delta do Parnaíba. O documentário e livro foram, assim, produzidos para fins didáticos e servem de ferramenta para abordar a vida cotidiana dos habitantes de uma região de fronteira entre os Estados do Piauí e Maranhão. Ao longo da narrativa do documentário, por entre gestos, palavras e sons é possível conhecer a rica e complexa paisagem cultural do território que integra uma Área de Proteção Ambiental. Documentário e manual didático de educação ambiental e patrimonial (livro-manual) receberam apoio da Agência Nacional de Águas em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior | Ministério da Educação | Brasil | DEB nº 18/2015 e da Prefeitura Municipal de Ilha Grande;

- 2018, VOX MUSEI arte + patrimônio, coletivo cultural ligado ao Mestrado, formado por professores e alunos, foi contemplado com o edital prêmio culturas populares do MinC;

- 2018, o projeto RUA Residência Artística foi contemplado com o edital da Funarte Artes Visuais Periferias e Interiores;

- 2018, a Feira do Patrimônio, um dos principais projetos do mestrado, recebeu o 1º lugar - Prêmio Mestres e Conselheiros, de caráter nacional, promovido pelo Fórum Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio, em reconhecimento como melhor ação de educação patrimonial, em razão do seu caráter exemplar, o que mereceu seu registro, divulgação e reconhecimento público.

- Em 2018, uma das mestradas, membro do Instituto Tartarugas do Delta | ITD, uma entidade sem fins lucrativos, com a qual o Programa está a constituir o Museu Tartarugas do Delta, foi contemplada com edital da Shell Brasil, para realizar um trabalho de pesquisa na região do litoral norte-nordeste do Brasil, para aprofundar conhecimentos dos padrões de migração de duas espécies ameaçadas de extinção: a tartaruga-de-couro e o peixe camurupim. Trata-se do projeto Rotas da Conservação, financiado com recursos da cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Cláusula de PD&I) dos contratos de concessão da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O projeto objetiva monitorar essas espécies por meio de transmissores via satélite e levantamento de informações com a comunidade pesqueira, detentora do conhecimento ecológico local, correlacionando dados de comportamento reprodutivo e etnobiológicos das espécies; conta com a parceria, além do mestrado, das instituições públicas, privadas e sociais SESC, UFPI, UESPI, SDR, APA Delta do Parnaíba | ICMBIO.

Ao longo desses quatro anos (2015-2018), de formação profissional em nível de pós-graduação, foram publicados por professores e alunos mais de 50 artigos em periódicos, mais de 100 artigos em anais de eventos científicos; foram realizadas mais de 10 exposições (programação de exposições), em parceria com agentes públicos e privados, dentre eles o Serviço Social do Comércio (SESC) e Instituto Tartarugas do Delta (ITD), Prefeitura de Parnaíba e Governo do Estado do Piauí.

Foram promovidos mais de 10 eventos, dentre eles três edições da Feira do Patrimônio, edições da Semana Nacional de Museus e Primavera de Museus (esses últimos com a chancela do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram) e duas edições do Congresso Internacional de Artes, Patrimônio e Museologia, reuniões científicas (congressos) resultados de parcerias com o Centro de Investigação e Estudos em Belas Artes da Universidade de Lisboa; Centro de Ecologia Funcional e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Mestrado em Interculturalidades da Universidade Aberta de Portugal.

Foram produzidos oito documentários de natureza etnográfica sobre o patrimônio cultural imaterial do Piauí, disponíveis em nosso canal YouTube (on-line) museologiapiuai. Há um acervo a divulgar pesquisas e intervenções no território.

Como resultado das formações realizadas, em 2018, foi concluída a 2ª Turma (2016-2018), foram formados oito mestres em museologia, com os 10 (dez) formados na 1ª Turma (2015-2017) perfazem 18 mestres em museologia, em uma região até então sem museólogos (gestores do patrimônio cultural).

O Programa é formado por 10 professores permanentes, dois professores colaboradores e dois pesquisadores. O edital de seleção do Programa é aberto ao público uma vez por ano, para turmas de no máximo 15 alunos. O Mestrado tem duração de dois anos e, dentre os critérios de seleção, destacamos a prática profissional do candidato. As atividades eram integralmente realizadas no Campus Ministro Reis Veloso da Universidade Federal do Piauí (atualmente, Universidade Federal do Delta).

Desde 2018.1, as atividades realizadas em Parnaíba (no antigo Campus da Universidade), passaram para a sede do Mestrado no "Museu da Vila", um museu escola, equipamento cultural

criado pelo Programa na vila-bairro de pescadores artesanais Coqueiro da Praia, em Luís Correia, APA Delta do Parnaíba.

Portanto, trata-se de uma formação primeira e única em museologia a contemplar as demandas de formação nas regiões Norte e Nordeste do Brasil e criar um museu-escola, um museu de território, com envolvimento direto das comunidades locais.

Nos processos seletivos 2015 a 2018 foram realizadas mais de 300 inscrições, o que demonstra a demanda por esta natureza de formação. Ao pós-graduado é conferido o grau de Mestre em Artes, Patrimônio e Museologia | Profissão Museólogo - o COFEM - Conselho Federal de Museologia é o órgão que regulamenta e fiscaliza o exercício da profissão de museólogo, criada pela Lei 7.287 de 18 de dezembro de 1984 e regulamentada pelo Decreto 91.775 de 15 de outubro de 1985. Em 2018, um de nossos mestres em museologia, formada pelo nosso Programa, por concurso público, ingressou como museóloga, no quadro de funcionários públicos do governo de Estado do Ceará.

O Mestrado tem uma Área de Concentração e três linhas de pesquisa. Por sua natureza profissional e transdisciplinar tem componentes teórico-práticos, que permitem a inovação em tecnologias sociais. Está localizado em um território que abriga um rico e complexo patrimônio cultural e natural, o que inclui espécies marinhas em extinção; um território que necessita de equipamentos culturais, a exemplo os museus. Trata-se de um lugar com fragilidades de conhecimento, reconhecimento, preservação e promoção do patrimônio cultural.

O Programa está instalado no extremo Norte do Estado do Piauí, 360 km da capital, Teresina. O antigo campus, por desmembramento da UFPI, passou em 2018 à sede da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (Projeto de Lei 5272/16).

O Trabalho Final do Mestrado se firma no conceito de projeto-ação, na elaboração de produtos e serviços, testados, aplicados e avaliados. São estudos e intervenções no campo da museologia e inovação social, artes, turismo cultural, sustentabilidade, meio ambiente. Ao propormos o método da pesquisa social aplicada, nomeadamente, a pesquisa-ação, com uso de metodologias participativas, inserimos os profissionais na realidade do tempo presente do território-sede do Programa - APA Delta do Parnaíba. Estamos diante de uma realidade adversa, onde precisamos afirmar e consolidar essa natureza de pós-graduação e campo de conhecimento,

produção científica, investigação de boas práticas, marcadas pela criatividade, baixo custo e com foco nas demandas socioculturais.

São estudos e intervenções participativos-colaborativos, com metodologias como a história oral, etnografia, dentre outras, que permitem compreender, em uma perspectiva comparada e transdisciplinar, especificidades de saberes e modos de viver de comunidades diversas que habitam o Meio Norte do Brasil, nomeadamente, a APA Delta do Parnaíba, formada por 10 municípios. Um dos desafios do Programa é a construção de um trabalho final de mestrado profissional que requer, além da pesquisa técnico-científica, a construção de produtos e serviços, participativos, colaborativos com e para as pessoas, com foco na educação e interpretação patrimonial, museologia e inovação social e sustentabilidade.

O objetivo do Programa é construir capacidades, formar profissionais de várias áreas do conhecimento, no campo da museologia. De forma panorâmica, indicamos as áreas de formação inicial dos discentes | profissionais, o campo de atuação e a instituição - empresa de exercício da profissão. Todos os discentes ingressos, em formação ou egressos estão vinculados a setores públicos ou privados do mundo do trabalho. Para uma visão panorâmica, pontuamos a origem dos 11 museólogos formados em 2017: dois (Educação - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFPI e IFMA); dois (Educação - Universidade Estadual do Piauí - UFPI e Universidade Estadual do Maranhão - UEMA); três (Educação - Rede Pública de Ensino - municipal e estadual); um (Arquitetura - Instituição de Ensino Superior Privada e Escritório de Arquitetura); dois (Economia e Administração - UFPI e SESC) e um (Design de Moda - autônomo).

Os estudos e intervenções estão associados ao campo da conservação preventiva de bens culturais móveis; inventários do patrimônio cultural material e imaterial; educação e interpretação patrimonial; gestão e prática museológica (o que inclui diagnóstico de instituições, documentação de coleções dos acervos e planejamento museológico); registros de acervos institucionais; projeto arquitetônico para museus; projetos de requalificação para novos usos de edificações tombadas e em estado de deterioração; registros de objetos em uso, com os quais constituímos acervos operacionais, testemunhos da vida cotidiana de populações ribeirinhas e praias. São trabalhos que afirmam o conceito de uma museologia com inovação social, que valoriza o território, as populações e os patrimônios cultural e natural.

A equipe do Programa está a fortalecer e criar espaços culturais, educativos, sustentáveis, fundamentados em conceitos, metodologias e ações pertinentes e indispensáveis às demandas das comunidades; trabalhos que respondem às necessidades e desejos das populações residentes e detentoras do patrimônio cultural.

Tratam-se de estudos dos patrimônios (no plural), que permitem a reflexão sobre a importância sociológica, antropológica, histórica, econômica, cultural, metodológica de integrar na leitura/conhecimento os contextos concretos, o mapeamento de políticas públicas; as temporalidades e conhecimentos plurais, racionalidades leigas e culturas locais, que consideram relevantes os fatores objetivos e subjetivos, as formas de pensar e agir locais, as produções/patrimônios materiais e imateriais; ações que procuram caracterizar a riqueza da diversidade e interculturalidades em presença; estudos e intervenções que desconstróem conceitos e fenômenos no campo do desenvolvimento social e ambiental, das artes, dos patrimônios e da museologia, com especial destaque para os aspectos estruturais que condicionam relações sociais, ambientais.

Estudos e pesquisas que consideram as pessoas, com especial relevo para os conhecimentos plurais que veiculam os espaços de emancipação e democracia participativa, de acesso à cultura, ao lazer, à educação, às condições de viver e existir de forma sustentável.

O Programa adota o conceito de Projeto Matriz. O que isso significa? Há um projeto geral (uma espécie de projeto guarda-chuva) com subprojetos associados. O profissional ao ingressar no Mestrado tem acesso a conceitos, métodos | teoria e práticas no campo da museologia e inovação social, com foco nas demandas regionais e locais. Realiza um diagnóstico de realidade e a partir de sua área de formação inicial e profissional, habilidades e competências, elabora e desenvolve um projeto-ação no contexto do Projeto Matriz.

O resultado é a continuidade dos estudos e intervenções, com correções, aperfeiçoamentos ou novos produtos e serviços. Eventualmente, há projetos isolados, finalizados, mas o foco são ações sistemáticas, contínuas, o que nos permite gradativamente construir sentimentos de pertença, identidades; criar equipamentos culturais, gerir os existentes, com formação de recursos humanos, interferir em atitudes e comportamentos.

São dois os Projetos:

01. “Parnaíba: Patrimônio Vivo, Cidade Viva”, cujo substrato se firma em um conjunto de projetos, programas e ações, embasados em investigações técnico-científicas, para intervenções de natureza social, educativa e cultural no Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Parnaíba, que abriga uma arquitetura de variados estilos de construção, remetem a diferentes momentos de constituição urbana e evidenciam a marca de períodos de desenvolvimento econômico, fluxo de riqueza do território ao longo do período final da colonização portuguesa e para além.

O Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico (2008) foi realizado pelo Iphan, após análise do Dossiê “Cidades do Piauí, Testemunhas da ocupação do interior do país nos séculos XVIII e XIX” pelo Conselho Consultivo (os docentes que conceberam o Programa participaram desse processo de pesquisa e produção do dossiê). Há o tombamento, mas não havia, ainda, antes dos estudos e intervenções do mestrado, uma nova postura diante do conceito de cidade patrimônio nacional, com bens protegidos; agentes públicos e privados não percebiam (muitos ainda não percebem) a urgência da proteção desse patrimônio cultural.

Os produtos e serviços, frutos dos projetos de natureza ação construídos pelos mestrados e docentes são instrumentos efetivos para lidar com proteção e revitalização do Centro Histórico em uma cidade, onde há um estranhamento dos residentes e ingerência de agentes públicos e privados. O sítio histórico de Parnaíba tem característica peculiar, mesmo com inúmeras modificações na arquitetura e urbanismo da cidade, se mantém centro administrativo, comercial e residencial do município, há edificações abandonadas, relacionadas com a área portuária, hoje, desativada. O Tombamento abrange sete áreas de características arquitetônicas distintas: (1) Conjunto do Porto das Barcas e Galpões Portuários; (2) Conjunto da Praça da Santo Antônio; (3) Conjunto da Avenida Getúlio Vargas; (4) Conjunto da Estação Ferroviária; (5) Conjunto da Praça da Graça; (6) Arquitetura tradicional popular e (7) Área de Entorno; áreas definidas em função de características arquitetônicas e urbanísticas. Uma das edificações tombadas, um edifício do século XVIII (Casa Grande de Simplicio Dias), é um dos imóveis restaurados com recursos federais (2010-2012) e entregue à Prefeitura de Parnaíba (2013). A obra foi possível em virtude de convênio entre o Iphan, Ministério da Cultura (MinC), Prefeitura de Parnaíba, com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PACH).

A cidade de Parnaíba foi contemplada com ações do PACH, mas não houve uma política conjunta entre Município e Governo do Estado do Piauí. O Iphan tem um Escritório Técnico em Parnaíba, instalado na Casa Grande dos Simplicio Dias. O Centro Histórico abriga mais de quinhentas edificações tombadas, muitas sem uso, abandonadas, à espera de restauração, requalificação e revitalização. Os diagnósticos que produzimos nos revelam que somente ações sistemáticas de natureza educativas e socioculturais, interinstitucionais, com a colaboração privada, permitirão o conhecimento e reconhecimento dos residentes da cidade do rico e complexo patrimônio cultural e natural, ações que permitirão a construção e atribuição de sentidos e significados ao tombamento. Realizamos ações de educação e interpretação patrimonial para permitir o conhecimento e sensibilização dos residentes; construímos projetos que indicam novos usos e apropriação da rica e complexa paisagem cultural da cidade, ações que têm modificado de forma lenta, gradual o olhar sobre a cidade e a sua lógica de crescimento. Indicamos possibilidades de uso dos espaços, a exemplo de outras boas práticas em cidades brasileiras e estrangeiras; introduzimos o conceito de centro como lugar de moradia, educação, cultura, geração de emprego e renda, como o intuito de mudar a atual situação de marginalidade das populações que habitam o lugar.

O trabalho tem sido intervir em comportamentos e atitudes no que refere à preservação do patrimônio cultural, propor qualidade de vida para as pessoas que residem ou poderão residir, trabalhar e se divertir no Centro da Cidade de Parnaíba, hoje, um espaço marcado pela presença do lixo (resíduos sólidos), da insegurança e da marginalização. Estamos a realizar ações concretas e sistemáticas, indicamos caminhos de requalificação, de revitalização da cidade tombada, transformando-a em Cidade Viva, agradável para se viver e visitar. Esse é o conceito do Projeto do Mestrado Profissional. Revitalizar os espaços públicos da cidade, preservar o patrimônio cultural, e investir em sensibilização e formação de públicos, para que conheçam, reconheçam, valorizem, apoiem e divulguem programas, projetos e ações de intervenção urbana; citemos boas práticas em cidades como Lisboa, que tem atraído públicos e recursos, agentes públicos e privados, jovens, estudantes, turistas, empreendedores, públicos que procuram cultura, entretenimento, educação, turismo, hospedagem, habitação, comércio etc.

O que se pretende a médio e longo prazo é integrar as pessoas, minimizar conflitos socioeconômicos, políticos, comuns em programas, projetos ações dessa natureza. A equipe do Programa está atenta à minimização dos processos de gentrificação, vez que sua natureza é integrar públicos diversos, por se tratar de um projeto inclusivo e atravessado pelo paradigma da sustentabilidade para a cidade de Parnaíba: Patrimônio Vivo, Cidade Viva.

Os esforços são conjuntos, precisamos impedir que a cidade fique à margem dos processos históricos mais modernos de civilidade. A urbe deve se modernizar, mas respeitando o patrimônio cultural, de forma a racionalizar processos de verticalização como os que têm ocorrido em áreas centrais e bairros em cidades como Teresina, capital do Piauí, apenas para comparar com uma realidade bem próxima. Estamos a congregar agentes diversos (públicos, privados e sociais), sensibilizando-os para os riscos da perda dos patrimônios, que podem ruir por processos de construção desordenada, demolições e reconstruções que descaracterizam a cidade patrimônio nacional.

O Centro Histórico de Parnaíba passa por processo acelerado de marginalização social e cultural, desvalorização imobiliária, que segregam e segmentam espacialmente a vida urbana, as relações de sociabilidade. Parnaíba perdeu seu dinamismo e ganhou enormes vazios urbanos, decrepitos e marginalizados, áreas públicas de domínio da União, outrora instalações industriais e comerciais, hoje, abandonadas, ociosas e submetidas à marginalização, espaços de consumo e comércio de drogas e prostituição.

Na Cidade Tombada, Cidade Histórica, tentamos minimizar essa realidade. Com as pessoas, planejar os usos do patrimônio cultural urbano, para que possamos valorizar histórias e memórias, o convívio com o patrimônio cultural e ambiental. O Programa foi concebido e implantado neste cenário, no qual iniciativas e ações socioeducativas, necessárias e que estamos a realizar, para que não se adense a gentrificação, não se expulsem segmentos populares e minorias étnicas do Centro Histórico, mas que possamos colaborar com a valorização de outras formas de ocupação do espaço. Propomos formas de sensibilização, que passam, obrigatoriamente, pela participação dos residentes da cidade de Parnaíba, nomeadamente aqueles que habitam as áreas tombadas.

A équite busca sensibilizar associações comunitárias e profissionais, agentes públicos e privados, escolas, universidades, associações profissionais e de moradores, população de Parnaíba e entorno. Sabemos das tensões e conflitos que se impõem a esta natureza de projeto-ação; jogos de poder, interesses divergentes para o uso dos espaços tombados. De um lado, o interesse pela defesa do patrimônio cultural e natural, pela cidade patrimônio nacional, sustentável; de outro a especulação imobiliária e a inércia dos poderes públicos. Temos trabalhado pela inclusão, participação de um número maior de pessoas residentes e não residentes.

Realizam estudos, diálogos diretos, uma série de encontros com representantes de diversos segmentos governamentais, entidades profissionais, acadêmicos etc. Nesse processo de sensibilização, a Feira do Patrimônio tem sido emblemática. Sabemos dos desafios, é um trabalho que demanda tempo, dedicação, esforço, um tempo lento, diferente do tempo da academia, o que fortalece ainda mais o conceito do Projeto Matriz, contínuo, sistemático, comunitário e interinstitucional. Universidade e comunidades devem evitar as demolições, saída mais fácil para os desavisados, mas que colocam em risco as histórias locais, os valores, tradições, modos de vida. Não desconhecemos as dinâmicas territoriais assentadas sobre o princípio de que todas as atividades econômicas um dia perdem sua função de outrora; mas é preciso ressignificar a vida urbana, a paisagem cultural de Parnaíba, oferecer usos aos espaços, hoje atravessados pelo medo, rejeição, marginalidade, uma paisagem urbana hostil a vida em sociedade.

A UFPI | UFDPar Universidade Federal do Delta, por meio do Mestrado Profissional, tem um papel da maior relevância, a considerar um estranhamento e desconhecimento da comunidade no que se refere aos sentidos e significados do tombamento; há defasagem dos técnicos responsáveis pela proteção, daqueles que lidam diretamente com preservação do patrimônio tombado; é preciso sair do gabinete, esclarecer e justificar para a população a importância e natureza da preservação do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Como pauta para 2018, conseguimos voltar à discussão da Lei Municipal nº 1.908, de 11 de março de 2003, que institui o tombamento municipal e criou o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba (CONSPAC); a avaliação do ponto da situação do Plano Diretor, aprovado em 05 de janeiro de 2007, que prevê a recuperação e valorização dos patrimônios arquitetônicos, urbanísticos e ambientais, particularmente aqueles do Centro Histórico da Cidade. O Plano Diretor delega ao Iphan a responsabilidade de elaborar normas para a urbe, especialmente para a área tombada, logo a municipalidade delegou ao órgão o papel de implantar ações necessárias à preservação desse patrimônio.

O que o Programa está a fazer é congrega população, poderes federais, estaduais, municipais e demais agentes públicos e privados na gestão do patrimônio tombado em benefício do interesse coletivo; temos firmado acordos de cooperação técnica com as diversas esferas e agentes públicos e privados, para compatibilizar e distribuir os ônus e benefícios dos processos de revitalização.

## 02) PROJETO MATRIZ – Ecomuseu Delta do Parnaíba | MUDE

Este projeto nasceu da parceria público-privada UFPI|SESC|ITD, da colaboração entre agentes que já atuam há 10 na APA Delta do Parnaíba, a prestarem serviços às comunidades locais no que refere à ação social e cultural, à educação para conhecimentos e reconhecimento da paisagem cultural, o que inclui os patrimônios cultural e ambiental, museologia e sustentabilidade. A assinatura de Termos de Cooperação Técnica entre esses agentes públicos, privados e sociais tem permitido a realização de ações sistemáticas por docentes e discentes do Programa.

Adotamos o conceito de Rede de Museus, que se afirma na existência de equipamentos culturais autônomos, mas que somam esforços e otimizam recursos humanos e materiais de forma a permitir planejamento e execução de programas, projetos e ações conjuntos. As redes favorecem a existência sistemática e qualificada dos equipamentos culturais, neste caso os museus de território, cuja natureza é a participação das comunidades locais e agentes públicos e privados. O MUDE é concebido como um instrumento integral e integrador de comunidades ribeirinhas e praias, que habitam a APA Delta do Parnaíba, bioma marinho costeiro, com 307.590,51 hectares, criada por decreto federal nº de 28.08.1996, coordenada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), CR5, cidade de Parnaíba, Piauí. Na APA Delta do Parnaíba estão inseridos os municípios de Barroquinha e Chaval, no Estado do Ceará; Araióses, Água Doce, Tutóia e Paulino Neves, no Maranhão; Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, no Estado do Piauí. Pela natureza do território e conceito do Programa, optamos pelo conceito de REDE e de ECOMUSEU, uma natureza de museu polinuclear. Essa tipologia nos serve como base de integração entre agentes públicos e privados a serviço do desenvolvimento educacional, sociocultural e ambiental para a região, em uma perspectiva mais ampla no campo da museologia inovadora e social.

A missão e vocação de um museu, nesse caso de um Ecomuseu, é desenvolver programas, ações e projetos de preservação, salvaguarda, documentação, pesquisas, educação, comunicação etc., da paisagem cultural, o que inclui os patrimônios cultural e natural de um dado território, neste caso a APA Delta do Parnaíba, para conhecimento, reconhecimento e valorização, promovendo atribuição de sentidos e significados às histórias e memórias pelas comunidades, com estímulo às reflexões sobre formas de garantir a sustentabilidade (social, ambiental e econômica), com o envolvimento das populações residentes na constituição do Ecomuseu; uma natureza de museu que, necessariamente, deve servir como instrumento de informação e educação às populações,

para que possam vir a participar ativamente da gestão de seus patrimônios; a entenderem e valorizarem o espaço modificado cotidianamente em suas relações como o meio ambiente.

Acreditamos em uma gestão dos patrimônios próxima de seus criadores e detentores, o que justifica a nossa opção pela museologia de inovação social, que valoriza as ações socioeducativas dos museus, entendidos como espaços de educação não-formal, de ações culturais e de comunicação, gerador de conhecimento, reconhecimento individual e coletivo, de valorização de culturas e identidades, de estímulo à consciência crítica, afirmando olhares e reflexões que permitem desconstruir os discursos oficiais, que negam as memórias de grupos minoritários e/ou marginalizados.

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) define museu como:

Uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.

O conceito de Ecomuseu remonta aos anos 1960 e se associa ao interesse de se refletir sobre novos tipos de museus, concebidos em oposição ao modelo clássico e à posição central que ocupavam as coleções naqueles museus; portanto os conceitos de Ecomuseus, museus de sociedade, centros de cultura científica e técnica, de maneira geral, presente na maior parte das novas proposições de museus visam colocar os patrimônios sob a gestão de agentes públicos e privados locais, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável.

Esse conceito de museu está atravessado pela relação entre o ser humano e sua realidade, pela apreensão direta e sensível dos patrimônios. Os objetos devem permanecer em seus locais de origem, logo, os museus locais, de território, de comunidades, ecomuseus e museus integral ou integrado, que tenham sob sua gestão coleções do patrimônio cultural representam uma tendência atual, qual seja: de participação das comunidades nos processos de gestão. O termo museu pode significar uma instituição, estabelecimento ou lugar selecionado para realizar estudos e comunicação de testemunhos materiais e imateriais do ser humano e seu meio. Hoje, há formas e funções diversas para museus, equipamentos em constante transformação; missão e vocação dos museus se modificaram, a gestão deve ser cada vez mais dinâmica, com profissionais múltiplos

e versáteis. Planejamos como primeiros núcleos museológicos da Rede de Museus de Território o Museu Delta do Parnaíba (sede) e o Museu Tartarugas do Delta (vinculado ao ITD), com conceitos atravessados pela sustentabilidade ambiental e cultural, com a colaboração ativa das comunidades e de agentes públicos e privados locais e regionais; com vocação e missão de ampliar os trabalhos em desenvolvimento no território para a conservação e preservação da biodiversidade e diversidade cultural da APA Delta do Parnaíba.

A Rede de Museus trabalha para formar recursos humanos, um corpo técnico-científico especializado de forma que a rede possa cumprir a sua missão; um conjunto de profissionais a formar outros profissionais para a realização de pesquisas e boas práticas nas áreas de: ação educativa e cultural; comunicação e públicos; gestão da informação (documentação e acervos); tratamento de acervos em suportes diversos, museológicos, bibliográficos etc.

O conceito de Rede se associa ao trabalho colaborativo e participativo dos Núcleos Museológicos (museus) para as funções básicas dessa natureza de equipamentos culturais funções de coleta, conservação, formação de coleções, pesquisa-científica, culturais-educacionais, nas quais a preservação dos patrimônios se efetivam e garantam a integridade física e informacional dos patrimônios integrados, frutos de uma interação ser humano-território.

O Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia está vinculado a Universidade Federal do Piauí, de natureza profissional, a nível de Mestrado teve início de suas atividades como já foi mencionado em 2015, caracteriza-se como transdisciplinar, com área de concentração em Artes, Patrimônio e Museologia, suas pesquisas estão voltadas as Artes, Patrimônio, Educação, Museologia e Sustentabilidade.

A partir dessas linhas de pesquisas são desenvolvidos projetos tendo como base o Projeto Matriz Ecomuseu Delta do Parnaíba (MUDE), definido como uma Rede de Museus por se consolidar como um instrumento integral e integrador das comunidades ribeirinhas e deltaicas, que habitam a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba (APA).

A Rede de Museus:

Se firma na existência de equipamentos culturais autônomos, que somam esforços e otimizam recursos humanos e financeiros para permitir organicidade no planejamento



Figura 01. Mapa APA do Delta do Parnaíba. | Fonte: Victor Verissimo, 2018.

e execução de programas, projetos e ações de forma colaborativa. As redes favorecem a existência sistemática e qualificada de equipamentos culturais - neste caso os museus de território, cuja natureza é a participação das comunidades locais e de empresas públicas, privadas e sociais, que formam a "Rede de Museus Delta do Parnaíba (CARVALHO; PINHEIRO, 2018 p.209)

O MUDE, como rede de museus, desenvolve um trabalho colaborativo de reunir, conservar, investigar e divulgar a paisagem cultural do Delta do Parnaíba, uma área que engloba municípios dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, em um total de 313.809 hectares e perfazendo um perímetro de 460.812 m de extensão, incluindo a área marítima, distribuído nos municípios de Barroquinha e Chaval (Ceará); Água Doce, Arariques, Paulino Neves e Tutóia (Maranhão); Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba (Piauí). Unidade composta por ambientes marinhos costeiros: manguezais, praias, restingas, dunas fixas e móveis, planícies flúvio-marinhas e lacustres, além da caatinga e áreas de carnaubal.

Ressalta-se que o Delta do Parnaíba se encontra localizado ao norte do Estado do Piauí, sendo a foz do rio do mesmo nome que ao se aproximar do Oceano Atlântico abre-se em cinco barras (Igaraçu, Canárias, Caju, Carrapato ou Melancieira e Tutóia), formado um dos mais ricos ecossistemas do mundo. Além disso, é uma importante área da zona costeira brasileira por formar o único delta em mar aberto das Américas, com mais de 75 ilhas e ser um santuário de reprodução de diversas espécies de peixes, caranguejos, lagostas e camarões, entre outras.

A paisagem natural do Delta do Rio Parnaíba faz parte do cotidiano de "populações ribeirinhas e praieiras, populações tradicionais, com destaque para pescadores, catadores de caranguejo, rendeiras, artesãos em palha, argila e madeira, lavadeiras, barqueiros" (CARVALHO; PINHEIRO, 2010, p. 5).

Diante dessa rica e complexa paisagem e pela natureza do território, a Rede Museus Ecomuseu Delta do Parnaíba (MUDE) desenvolve um trabalho colaborativo entre Instituto Tartarugas Delta (ITD), Serviço Social do Comércio (SESC) Regional do Piauí e a Associação de Moradores do Bairro Coqueiro da Praia, a serviço do desenvolvimento educacional, sociocultural e ambiental da região, em uma perspectiva mais ampla no campo da museologia e inovação social, uma museologia que considera o território, as pessoas e o patrimônio cultural.

Assim, surgem os primeiros museus de território da Rede MUDE:

O Museu da Vila, localizado no Bairro Coqueiro da Praia, município de Luís Correia, sob a gestão do PPGAPM da UFPI e da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro (AMBC); e o Museu Tartarugas do Delta, sob a gestão do ITD e SESC, com o apoio direto do PPGAPM da UFPI. Tratam-se de equipamentos culturais com vocação e missão de ampliar os projetos e ações em andamento no território para a conservação e preservação da biodiversidade e diversidade cultural (CARVALHO; PINHEIRO, 2018, p. 209.)

Para tanto, o PPGAPM realiza estudos e intervenções na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, incitando a transferência de conhecimentos para a sociedade, atendendo demandas específicas de arranjos produtivos para o desenvolvimento nacional, regional e local.

Para tanto, o projeto matriz propõe aos pesquisadores mestrandos desenvolver projetos que permitam conhecer o patrimônio cultural e sensibilizar os residentes do território para formas de uso e apropriação da paisagem cultural desse território, ações que possam modificar o olhar que têm sobre a cidade e sua lógica de crescimento.

Dessa forma, os trabalhos finais do mestrado geram produtos e serviços que pretendem diagnosticar, experimentar, intervir e avaliar as demandas sociais, culturais, políticas e econômica da região.

O repositório surge como ferramenta de visibilidade e disseminação desse patrimônio cultural da APA Delta do Parnaíba, uma contribuição da universidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural. Para tanto, são indispensáveis o compromisso e a participação dos mestrandos e pesquisadores do PPGAPM para que o RD possa efetivamente cumprir o seu papel de gerenciar e tornar a informação produzida disponível.

## 3 REVISÃO DE LITERATURA

## 3 REVISÃO DE LITERATURA

### 3.1 Contextualizando o Movimento de Acesso Aberto

O conhecimento científico e sua comunicação são fluidos e dinâmicos. As mudanças ocorrem, principalmente, em função de contextos sociais e avanços tecnológicos. Desde os primórdios da civilização humana, o homem desenvolve diferentes formas e meios de se comunicar. Há o anseio em propagar ideias, persuadir e informar, e continua fazendo, o ser humano desenvolver canais e métodos cada vez mais modernos, ágeis e interativos de comunicação.

A comunicação científica ocorria por meio de cartas e reuniões, os chamados “colégios invisíveis”. Mesmo, assim, o fluxo de diálogo profundo não era ágil, visto que até mesmo as atas desses encontros entre os pensadores eram apenas resumos dos debates com circulação, ainda, restrita. “As origens do sistema da comunicação científica que conhecemos hoje sucedem do final do século XVII com a proliferação das revistas científicas advindas das correspondências dentro e entre as sociedades científicas”, relata Gomes (2013, p.08).

Com o advento da tecnologia para impressão e circulação, as revistas científicas surgiram com o propósito de acelerarem o necessário debate de ideias. Os periódicos científicos pioneiros foram o “*Le Journal des sçavans*”, posteriormente “*Journal des savants*”, na França em janeiro 1665 e, em março do mesmo ano, o “*Philosophical Transactions of the Royal Society*”. O jornal francês divulgava semanalmente catálogos de livros necrológicos, informações sobre física e química, sentenças de tribunais seculares e eclesiásticos, assim descreve Spinak (2015, p.11):

O alcance do *Journal des Sçavans*, de maneira geral, era informar sobre tudo o que estivesse acontecendo na comunidade dos ‘savants’, assim como a comunicação de informes de diferentes gêneros, o que mostra que o quadro filosófico que expressa o *Journal* é muito mais amplo que o puro Cartesianismo, e que este é só um de seus ingredientes filosóficos, porém que o transcende.

A consolidação deste veículo de comunicação, como forma definitiva só ocorreu, no entanto, na segunda metade do século XIX. Desde então, a divulgação dos resultados das atividades científicas através da publicação em periódicos, cada vez mais especializados, tornou-se o meio, frente aos pares e à sociedade, para a validação de uma dada descoberta (MEADOWS, 1999).

Nas décadas de 1930 a 1950 os periódicos científicos tornaram-se, extremamente, relevantes para o próprio desenvolvimento da ciência, vindo a se tornar, também, parte da vultosa indústria editorial.

Dessa forma, Leite (2009) preconiza que apesar dos desenvolvimentos tecnológicos na comunicação científica, não houve mudanças significativas no que concerne a comunicação tradicional.

Johnson (2002) enfatiza que esse sistema de comunicação científica tradicional restringe a disponibilidade e legibilidade da maior parte da pesquisa. O atual sistema de comunicação acadêmica também limita, ao invés de expandir, o número de leitores e a disponibilidade da maioria das pesquisas acadêmicas com o aumento de preços de periódicos e cancelamentos subsequentes de assinaturas refletindo, assim, na redução dos públicos.

Nesse processo, as informações contidas nos periódicos científicos adquiriram altos valores no mercado, sendo restrita a pesquisadores e bibliotecas que pudessem arcar com os custos das assinaturas. Com o ritmo acelerado do desenvolvimento das pesquisas, a dispersão da informação e o atraso na avaliação de submissões dos periódicos suscitaram dificuldades na comunidade científica, deixando as coleções de periódicos inacessíveis para as bibliotecas universitárias e, conseqüentemente, inacessíveis à demanda de seus usuários. Para Muller (2006), esses fatores contribuíram para a chamada crise dos periódicos científicos.

A busca por fluxos de comunicação científica mais eficientes, baratos e transparentes levou a comunidade científica a adotar novas formas para publicar seus produtos científicos a partir do domínio de uma tecnologia própria. O papel dos modelos alternativos de comunicação acadêmica, vem romper com os monopólios dos editores.

Segundo Leite (2009) este processo resultou na alteração e controle da cadeia de produção, disseminação e uso do conhecimento científico registrado, antes exclusivo dos editores comerciais dos periódicos científicos, dando início a Iniciativa de Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative*) – OAI, na Convenção de Santa Fé, em 1999, que estabeleceu um modelo de interoperabilidade entre bibliotecas e repositórios digitais, tendo como objetivo: “criar uma alternativa para a comunicação científica, consolidando-se como um movimento que visa proporcionar acesso livre à informação científica no mundo inteiro, e pelos grandes editores” (ALVES, 2008, p.128).

Em consonância com Costa (2006, p. 41), em 2001, aconteceu a primeira grande reunião internacional realizada em Budapeste pelo Instituto *Open Society*, para a promoção do Acesso Aberto “*Budapest Open Access Initiative*” (BOAI), uma declaração pública de princípios relacionados com o acesso aberto à literatura de pesquisa e lançado ao público em 2002.

O movimento do Acesso Aberto, iniciado no final dos anos 1990 por meio de iniciativas de inúmeros defensores, instituições, agências de fomento e *publishers*, se consolida na Reunião de Budapeste em fevereiro de 2001 com a publicação da *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) que definiu os termos Via Verde (*Green Route*) e Via Dourada (*Gold Route*).

A Declaração que definiu o Acesso Aberto elimina, além das barreiras de disponibilização, também, as barreiras de direitos autorais que impediam a livre reprodução, intercâmbio, cópia, e etc. para fins legais dos conteúdos publicados em acesso aberto, sendo a única restrição à reprodução e distribuição o de conferir reconhecimento aos autores e citá-los apropriadamente.

Para Leite (2009 p. 16): “o acesso aberto a resultados de pesquisa tem sido visto como fator que maximiza o acesso a pesquisa propriamente dita”. Já Weitzel (2006) busca diferenciar OAI e Movimento de Acesso Livre. Dessa forma, ela explica que a OAI é uma iniciativa que surgiu com a Convenção de Santa Fé, em 1999. O Movimento de Acesso Livre, por sua vez, surgiu com a Convenção de Budapeste, em 2001. Para a autora, é possível que a OAI tenha contribuído para a organização do Movimento de Acesso Livre. Mas, apesar de serem dois movimentos distintos, ambos desejam o acesso livre, e por isso estão inseridos no modelo OA de comunicação científica.

A partir do movimento de acesso aberto, o desenvolvimento sem precedentes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) coloca-se em evidência uma diversidade de fontes de informação que modificam, ampliam e agilizam a capacidade de comunicação da informação.

Complementa Gomes (2013), que as assinaturas das Declarações de Budapeste, em 2002, e as de Bethesda e de Berlim, ambas em 2003, foram o marco do acesso aberto. A Declaração de Budapeste, conhecida como BOAI, estabeleceu estratégias baseadas no protocolo *Open Archives Initiative - Protocol Metadata Harvesting* (OAI-PMH).

A partir desse evento, foi criada a *Open Archives Initiative* (OAI). A meta principal dessa iniciativa é contribuir de forma concentrada para a transformação da comunicação científica. A linha de ação proposta para essa transformação é a definição de aspectos técnicos e de suporte organizacional de uma estrutura de publicação científica aberta, na qual ambas, a camada comercial e livre, possam se estabelecer (KURAMOTO, 2006, p. 4).

Essas iniciativas tinham como finalidade promover o acesso aberto a informação científica, para isso duas estratégias foram definidas na *Budapest Open Access Initiative* (BOAI, 2002), a via dourada e a via verde, ambas se fortaleceram em prol do acesso aberto à informação científica.

A via dourada (*golden road*) diz respeito a ampla disseminação de periódicos eletrônicos de acesso aberto na rede, ou seja, está relacionada com a produção de artigos científicos, cujo o acesso é livre na web sem que haja restrição quanto ao seu uso, sendo disponibilizado pelas próprias revistas científicas.

Com isso potencializam, viabilizam e ampliam a comunicação científica entre seus pares, possibilitando um fluxo direto de comunicação que podem vir a representar importantes avanços científicos.

Já a via verde (*green road*) equivale a criação de repositórios institucionais de acesso livre, para o depósito, organização e disseminação de produção científicas. Compreende o arquivamento, de artigos científicos disponibilizados abertamente pelos próprios autores, bibliotecários ou outros atores em repositórios institucionais e/ou temáticos.

“A implementação de repositórios digitais, ou repositórios de informação é uma das formas que as universidades dispõem para minimizar a falta de visibilidade de sua produção intelectual” (TOMAÉL; SILVA, 2007, p. 3).

### 3.2 Movimento de acesso aberto no Brasil

O movimento de acesso aberto no Brasil acompanha desde 2000 as iniciativas que deram subsídios para o crescimento do movimento internacional em prol do acesso livre à informação. Em 2000, surge o *Open Archives Initiative* (OAI), iniciativa que estabeleceu padrões e ideais para

a construção de repositórios *Open Archives* (OA). Esses repositórios, utilizando esses padrões, ganham a flexibilidade de se integrar a outros repositórios que, também, utilizam os ideais e padrões OA.

Segundo Targino (2013, p. 119):

Em termos históricos, no Brasil, é difícil precisar quando surge o primeiro Repositório. Há iniciativas embrionárias, como a da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cuja Portaria n. 13, ano 2006. A seguir, no ano 2007, o Projeto de Lei (PL n. 1.120) apresentado à Câmara dos Deputados pelo Senador Rodrigo Rolemberg dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica das IES. As entidades se obrigam a construir seus RI e neles depositar o teor, na íntegra, da produção científica de docentes e discentes na esfera de graduação e pós-graduação. Para atender ao prescrito no PL, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 2009, lança edital com vistas a oferecer às instituições condições (equipamentos, software e treinamento) para instalação de seus repositórios. Porém, apesar de adesão de parcela significativa da comunidade acadêmica e científica, o PL não vai adiante. Em 2011, Rolemberg inicia nova trajetória. Desta vez, registra o Projeto de Lei junto ao Senado, com n. 387/11, no qual imprime alterações, como a inserção de unidades / institutos de pesquisa. Apesar de não aprovado, o PLS configura-se como proposta de política nacional que estabelece diretrizes para gestão dos RI.

Desde da fase inicial do movimento o IBICT continua engajado, estudando e absorvendo esses conhecimentos e em meados de 2002 fez o seu primeiro empreendimento utilizando o modelo OA, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Ainda, de acordo com Targino (2009) a BDTD instituída pelo IBICT junto com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), em 2001, com a criação do Comitê Técnico-Consultivo (CTC) é lançada oficialmente pelo então Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg.

Atualmente, a BDTD integra 109 outras bibliotecas digitais de teses e dissertações implantadas nas suas respectivas instituições de ensino superior (IES), compondo um acervo de cerca de 135.7366 teses e 369.766 dissertações em texto integral.

As experiências observadas no desenvolvimento e implantação da BDTD, tanto em nível nacional, quanto em nível local nas instituições de ensino superior (IES) mantenedoras de programas de pós-graduação, baseada no modelo Open Archives, permitem ao Ibict o desenho e implementação de uma política nacional de acesso livre à informação científica, tendo esse manifesto como guia orientador.

### 3.2.1 Manifesto brasileiro

De acordo com as informações publicadas no blog do Hélio Kuramoto, em 2005 motivado pela Declaração de Berlim, o IBICT lança o manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica. Esse evento foi realizado com a presença da Academia Brasileira de Ciência e de várias sociedades e associações científicas, inclusive da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Esse evento contou ainda com a presença de vários pesquisadores, técnicos de informação e cientistas da informação.

Ainda, segundo Kuramoto (2006), o manifesto é mais do que um simples documento de apoio ao movimento internacional em prol do acesso livre à informação, constitui-se em uma referência contendo diversas recomendações para que se consiga alcançar o objetivo de acessar livre a informação, em especial, a científica.

As bases para a elaboração desse manifesto foram as mesmas que orientaram a elaboração da Declaração de Berlim. Uma dessas premissas é a ideia de que os resultados de uma pesquisa financiada com recursos públicos sejam de acesso livre. Assim, uma vez que a grande maioria das pesquisas são financiadas com recursos públicos via as agências de fomento, foram inseridas nesse manifesto diversas recomendações para essas agências, para as instituições de ensino superior e de pesquisa e para os pesquisadores.

A questão dos periódicos científicos, relacionada com o seu alto custo, não é um privilégio brasileiro, todas as bibliotecas de todo o mundo vêm enfrentando dificuldades na manutenção de suas coleções de periódicos científicos, razão pela qual, o movimento em prol do acesso livre vem crescendo substancialmente, e o Brasil através do IBICT vem acompanhando as tecnologias utilizadas na construção dos repositórios de acesso livre.

Como ressalta Kuramoto (2006, p. 93):

O Ibict foi criado com o propósito de registrar e disseminar a produção científica brasileira. Com o surgimento das tecnologias da informação e da comunicação, combinado com o movimento do acesso livre à informação, verifica-se a existência de um cenário amplamente favorável ao Instituto para o cumprimento de sua missão inicial. Assim, o Instituto, ao lançar o manifesto brasileiro de apoio ao movimento de acesso livre à informação, inicia o desenho de uma política nacional de acesso livre à informação científica, tendo esse manifesto como guia orientador para a definição dessa política.

Leite (2009) salienta que os repositórios de acesso aberto possibilitam o acesso sem barreiras à informação científica, à comunidade científica. Sendo que, o seu adequado planejamento, implementação e adoção promove o aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da própria instituição. Com o manifesto brasileiro, o IBICT enceta uma política nacional de acesso livre à informação científica. Construindo repositórios institucionais e temáticos para promoção e disseminação da produção científica brasileira.

### 3.3 Repositórios Digitais

Ao longo da trajetória do movimento acesso aberto, várias iniciativas de ordem tecnológica, política e legal foram desenvolvidas, fortalecendo as estratégias necessárias para a consolidação do acesso aberto no mundo. No que se refere à tecnologia, por exemplo, destaca-se o desenvolvimento dos repositórios que morfologicamente, significa, “re (novamente) + por (colocar) + tório (local), ou seja, local em que se repõe”, ou se recolocam coisas, ou seja, os repositórios já armazenariam cópias de publicações já feitas (VECHIATO, 2017, p.76).

Para Viana, Márdero Arellano e Shintaku (2005, p. 3), o repositório é definido como: “uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado”.

Para Crow (2002), o Repositório não só deve armazenar a produção científica em dissertações, artigos ou teses, mas, também, outros tipos de conteúdo produzidos pela instituição, incluindo

material didático, relatórios institucionais, vídeos, programas de computador, dados, fotografias e materiais digitais que as instituições gostariam de preservar.

Leite et al. (2012, p. 43) complementa afirmando que os repositórios, de uma maneira geral: “[...] são sistemas de informação que servem para armazenar, preservar, organizar e difundir os resultados da produção científica de uma dada instituição, utilizando um software”. E que a implantação de um repositório traz benefícios que se estendem a todos os atores envolvidos:

Para a Instituição - aumenta a visibilidade, reputação e prestígio da instituição, provê um ponto de referência para os trabalhos científicos que podem ser interoperáveis com outros sistemas, contribui para a missão e valorização da instituição no que diz respeito à transparência, à liberdade e à igualdade; maximizar a acessibilidade, o uso, a visibilidade e o impacto da produção científica da instituição; contribuir para a preservação dos conteúdos digitais científicos produzidos pela instituição ou seus membros; Para o pesquisador - aumenta a visibilidade de suas descobertas científicas; oferece indicadores do impacto que os resultados de suas pesquisas adquirem nas áreas do conhecimento; facilita o gerenciamento da produção científica. Para comunidade e sociedade - Contribui para a colaboração na pesquisa, por meio da facilitação de troca livre de informação científica, contribui para o entendimento público das atividades e esforços de pesquisa.

Sendo assim, pode-se afirmar que os Repositórios são uma ferramenta de gestão do conhecimento voltada à criação, tratamento, transmissão e acesso à informação científica gerada pela instituição.

Ou, ainda, como declara Márdero Arellano (2004) que além de tudo que já foi mencionado os repositórios também: “propiciam a criação de indicadores de produção científica, contribuindo com o registro e a preservação da memória técnica nacional”.

Neste sentido, é imprescindível que a universidade tenha seu próprio repositório com publicações científicas de uma determinada área do conhecimento ou de várias áreas de acordo com o interesse institucional. Com isso, haverá aumento considerado da visibilidade das pesquisas e, conseqüentemente, da instituição.

Rodrigues et al. (2004) enfatizam que os repositórios ao armazenarem, preservarem, divulgarem e darem acesso à produção da instituição estão intervindo e dando resposta a duas questões enfrentadas pelas universidades: a contribuição do aumento da visibilidade, status, imagem e valorização da IES, ao serem como indicadores da qualidade da universidade ao demonstrar a importância científica, econômica e social da pesquisa e ensino e a segunda questão seria a colaboração com o novo sistema de comunicação científica, ao ampliar o acesso aos resultados da investigação e ao reassumir o controle acadêmico da sua publicação científica, aumentando a competição e reduzindo o monopólio das revistas científicas, o que se pode traduzir, também, em economias para as universidades e as bibliotecas que as servem.

Os tipos de repositórios variam conforme o desenvolvimento e as necessidades de cada universidade e devem ser estabelecidos durante o planejamento do repositório. Tais aspectos pretendem capturar os objetivos que cada instituição tem ao implantar seu repositório. Existem entendimentos e definições diferentes sobre repositórios digitais. A questão mais relevante para esta diversidade é a grande variedade de contextos à criação e funcionamento destes repositórios como veremos no tópico seguinte.

### 3.3.1 Tipos de repositórios

Desenvolvidos com o propósito de disseminar e concretizar o movimento de acesso aberto à informação científica, os repositórios podem armazenar e disponibilizar diversas publicações em formato digital e, geralmente, estão vinculados a uma instituição ou a uma área do conhecimento, universidades, laboratórios ou institutos de pesquisa entre outras.

Para tanto, é necessário conhecer quais objetivos do uso de um repositório em uma instituição. Para depois ser definido o tipo de repositório mais apropriado. Leite (2009, p.21) contextualiza repositório digital no âmbito do acesso aberto e descreve que são os “vários tipos de aplicações de provedores de dados”, estes são gerenciadores da informação científica e constituem-se vias de acesso à comunicação científica.

Quanto à classificação, os repositórios podem ser institucionais ou temáticos. Para Crow (2002, p. 16), os repositórios institucionais podem ser definidos como um: “arquivo digital da produção criada pela universidade, equipe de pesquisa e estudantes de uma instituição e que

esteja acessível aos usuários finais dentro e fora da instituição, com poucas ou nenhuma barreira de acesso”. Os Repositórios institucionais estão voltados a armazenar, divulgar, preservar, organizar o conhecimento gerado numa instituição, seja ela uma universidade, empresa, escola, etc. Exemplo de repositório institucional: Universidade Federal do Ceará (UFC): [www.repositorio.ufc.br](http://www.repositorio.ufc.br).

Já os repositórios temáticos estão voltados para as: “comunidades científicas específicas. A exemplo do (E-Lis), tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular”. (LEITE, 2009, p. 20). Tais considerações nos permitem afirmar que os repositórios temáticos partem do mesmo princípio dos repositórios institucionais, sendo que a diferença entre eles está no recorte que é dado enfatizando um determinado assunto, ou seja, delimita a informação a uma área específica do conhecimento e/ou temas e áreas que estejam relacionados.

Embora distintos em alguns aspectos, os repositórios foram criados para facilitar o acesso à produção científica. São bases de dados desenvolvidas para reunir, organizar e tornar mais acessível a produção científica dos pesquisadores.

Como descrevem Café et al., (2003), o conteúdo de cada repositório poderá compor um arquivo global de uma área do conhecimento. Dessa forma, a informação é acessada com facilidade e gratuitamente, o que permite que o conteúdo das pesquisas se torne mais visível. As informações podem ser mais facilmente recuperadas se forem adotados critérios e procedimentos fundamentais estabelecidos pela OAI na Convenção de Santa Fé. Essa Iniciativa foi pioneira sobre a revisão do processo de comunicação científica a partir da integração de soluções tecnológicas e na sua implementação. As informações podem ser mais facilmente recuperadas, se forem adotados critérios e procedimentos fundamentais estabelecidos pela OAI que são: O autoarquivamento que estabelece o depósito do trabalho em um repositório de acesso público que esteja em conformidade com o modelo OAI, esse depósito deverá ser feito pelo autor/pesquisador ou gerenciador do repositório;

- A revisão por pares que funciona como uma forma de garantir a legitimidade e qualidade dos mesmos. Nestes casos, os trabalhos publicados devem ser aqueles já aceitos em alguma revista e que tenham passado pelo processo de revisão. Porém, muitos repositórios também aceitam arquivos que não tiveram nenhuma revisão por pares, o que não os desqualifica. Para resolver essa questão alguns repositórios, conforme Kuramoto (2006), se dividem em dois: um com arquivos revistos por pares e outro com trabalhos não revisados;

- Interoperabilidade, que permite uma série de conexões entre os sistemas de repositórios, como o reconhecimento dos Metadados padronizados para descrição, o acesso livre a produção científica e o Protocolo OAI, viabilizando a interoperabilidade entre diferentes arquivos e permitindo, dentre outras funções, a recuperação e compartilhamento das informações. Vale ressaltar, que uma das principais razões na adoção de critérios de interoperabilidade dos repositórios é facilitar a recuperação da informação.

O repositório do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia se caracteriza como temático, pois apesar de pertencer a uma instituição, tem a preocupação de armazenar documentos com uma delimitação concisa de sua cobertura designada por um assunto, área do conhecimento ou temática específica. Em outras palavras, Kuramoto (2006, p. 83) afirma esta definição dizendo que repositórios temáticos: “são um conjunto de serviços oferecidos por uma sociedade, associação ou organização, para gestão e disseminação da produção técnico-científica em meio digital, de uma área ou subárea específica do conhecimento”. Portanto, a partir desse ponto, será atribuído o termo Repositório Temático (RT) quando for mencionado o repositório do Programa.

As atividades do programa tiveram início em 2015, e até a presente data vem fomentando suas pesquisas e formando profissionais museólogos que do início ao término do mestrado desenvolvem ações colaborativas e participativas, dessas ações são elaborados projetos, produtos e serviços que compõe o acervo.

O acervo é formado por projeto-ações desenvolvidos por pesquisadores do Programa, através de estudos e intervenções da Paisagem Cultural do Delta do Parnaíba para conhecimento, reconhecimento e valorização desse território, integrando a comunidade a seu patrimônio.

Esse material precisa ser organizado, de forma a se tornar visível e acessível, além de permitir que o autor e leitor tenham assegurado o acesso e o uso dessa informação.

Tendo como parâmetro as políticas de acervos de instituições como biblioteca, museus, centro de documentações e arquivos, a implantação de um repositório também requer um instrumento de controle.

Para isso, elaborou-se uma política de informação que constitui um documento decisivo para o conhecimento e controle do acervo, possibilitando planejar o tratamento em consonância com as diretrizes e as necessidades do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia.

Uma ferramenta de auxílio ao bibliotecário em suas tomadas de decisão, no que se tange ao gerenciamento do acervo do RT do Programa.

Os repositórios são alternativas importantes de desenvolvimento de coleção, isso porque neles é depositado grande parte da produção científica e intelectual de uma instituição ou área. No entanto a forma de seleção desse material não é tão diferente dos demais, porém deverá ter suas peculiaridades, visto que os recursos informacionais em meio eletrônico também tem a sua forma de entrada e saída, ou seja, eles também precisam ser avaliados no que tange a sua relevância para o determinado tipo de público a ser atendido. O bibliotecário deverá levar em conta neste momento o que é acessível e o que acessível (NASCIMENTO, 2012, p. 08)

Os repositórios temáticos, seguem padrões que permitem o acesso organizado e livre às publicações e a toda a produção científica. Para isso, é fundamental que sejam instituídas políticas que irão servir de suporte no gerenciamento do repositório.

A elaboração das políticas pode ser destacada como uma das etapas mais relevantes do planejamento de um repositório, uma vez que nortearão não apenas a implantação, mas estará presente em todo processo de construção ao uso do repositório.

### 3. 4 Etapas para construção do Repositório Temático Mude

O Repositório Temático é um sistema de informação que serve para armazenar, preservar, organizar e disseminar amplamente a produção intelectual de instituições de ensino, pesquisa, extensão e inovação, reunindo todo o conteúdo em um único ambiente virtual, além de estar inserido no movimento mundial de acesso gratuito à produção científica. O RT é baseado no software Tainacan, que foi desenvolvido para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação da produção intelectual, permitindo, assim, a sua adoção por outras instituições a fim de fortalecer o compromisso institucional com o livre acesso

à informação científica, além de conferir transparência e incentivar a comunicação científica entre pesquisadores, educadores, gestores, alunos de graduação e pós-graduação e toda a sociedade.

Para tanto, é necessário estabelecer diretrizes que envolvam o planejamento, implantação e funcionamento, as quais são correlacionadas e compostas de ações desempenhadas, para que a formação do repositório tenha êxito (LEITE et al, 2012).

### 3.5 Planejamento

No que se refere à fase de planejamento dos repositórios, Leite (2009, p. 39) descreve:

Os custos; as competências necessárias e equipe; os principais atores, seus interesses e papéis; a definição e planejamento de serviços, dos objetivos do repositório institucional e a avaliação das necessidades da comunidade como elementos relevantes.

Esta etapa tem por finalidade estabelecer critérios que serão adotados na construção do repositório, tendo em vista que as decisões tomadas nesta fase contribuem para o sucesso do Repositório. A fase de concepção de um repositório será evidenciada, pois é estrategicamente considerada de extrema importância para o resultado final. Será explicitada todas as atividades de todo processo de construção que vai desde os custos que irão garantir a integridade do projeto, o objetivo da implantação do repositório, a equipe de competência a qual também está incluída a equipe técnica e o conselho gestor, os quais irão estabelecer as políticas vigentes no repositório, definidas a partir da particularidade do PPGAPM e das políticas já adotadas em repositórios de outras instituições e exemplo da Carta de Belém (2014), que dispõe da importância da gestão do conhecimento em Repositórios Institucionais em proporcionar benefícios, especialmente à comunidade científica, desde o processo da comunicação do conhecimento, como a maior visibilidade do avanço da ciência e transparência dos investimentos, até ao desenvolvimento social e do interesse público.

### 3.5.1 Custos

Esse item da etapa de planejamento visa avaliar as despesas que serão necessárias para implantação do repositório e variam de acordo com cada instituição. Gibbons (2004) avalia que as variações são afetadas por muitos fatores, incluindo o sistema em si, nível do pessoal e infraestrutura existente. Enfim, o custo de um repositório institucional está relacionado, principalmente, ao grupo de trabalho (técnicos e especialistas) e aos equipamentos.

No caso do repositório temático MUDE, o projeto está sendo custeado pela pesquisadora, visto que existe um processo de transição em que o atual CMRV, Campus subordinado a UFPI está em processo de institucionalização, seguindo os trâmites legais para abertura da UFDPAr, que quando finalizados a universidade terá autonomia administrativa e financeira para assegurar o pleno funcionamento do repositório e ampliar este serviço para toda comunidade acadêmica, através de proposta de expansão que visa dar maior visibilidade a instituição em suas pesquisas e projetos.

Atualmente, a empresa CodiWorks que está à frente da implantação do software e do servidor que estão sendo utilizados para armazenar, e compartilhar arquivos com diversos usuários e setores em uma rede.

### 3.5.2 Objetivo do RT

Os repositórios digitais (RDs) são sistemas de informação abertos e interoperáveis destinados a gestão da informação científica e acadêmica, capazes de armazenar arquivos de diversos formatos, tendo como objetivo: “reunir, armazenar, organizar, preservar, recuperar e, sobretudo de ampliar a disseminação da informação científica produzida na instituição” (LEITE, 2009, p. 21), que compõe o acervo do repositório do PPCAPM.

Essa iniciativa dar maior visibilidade e acessibilidade aos resultados das pesquisas científicas, técnicas, culturais, artísticas desenvolvidas potencializando desta forma, o intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais a conhecer as ações realizadas na APA Delta do Parnaíba, um estudo pioneiro realizado quanto aos fazeres, saberes e tradições desse território, democratizando e estimulando o compartilhamento desse conhecimento gerado.

### 3.5.3 Equipe de competência

Gerenciar um RT é uma tarefa complexa à medida que exige uma gama de profissionais envolvidos. Assim, é preciso um gerenciamento eficaz desde a concepção da implantação até a manutenção do software. Por isso, a equipe de desenvolvimento é um dos recursos mais relevantes para o êxito do RT.

Vargas (2009) propõe que uma política deve ser formada por uma equipe ou comissão formada por profissionais, usuários, devidamente analisada e aprovada pelos órgãos competentes. Precisa ser explicitada por um documento flexível que permita acréscimo e modificações, o qual deve conter a identificação dos responsáveis, os critérios utilizados no processo, os instrumentos auxiliares, as políticas específicas e os documentos correlatos.

O papel da equipe gestora é fundamental para o alinhamento de interesses que determinarão as diretrizes necessárias que atenda os preceitos do AO, ou seja, fornece acesso aberto, livre e irrestrito à informação, bem como ampliar sua visibilidade.

A equipe de implantação do RT é composta por profissionais, servidores do CMRV/UFPI em parcerias com o Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Pesquisa em Mídias Interativas da Universidade Federal de Goiás - MediaLab e a empresa *CodiWorks*.

Nessa seção serão descritas as atribuições de cada profissional e suas responsabilidades na construção desse Projeto. Dentre os servidores da instituição que contribuem com o alicerce do RT estão os docentes do PPCAPM precursores em estudos e ações na Área de Proteção do Delta do Parnaíba, responsáveis em direcionar, orientar os mestrandos nos estudos e intervenções realizadas através de ações educativas e socioculturais, sensibilizando-os através de diálogos, trocas de experiências e vivências com o território, as pessoas e o patrimônio cultural do Piauí. As experiências resultam em produtos e serviços em prol da sociedade, as quais terão visibilidade no Repositório.

Nessa mesma proposta estão os bibliotecários, que de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (2002) são responsáveis em disponibilizar informações para qualquer tipo de suporte; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; tratar tecnicamente e desenvolver

recursos informacionais; disseminar informações com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento, entre outras.

Assim, as atribuições dos bibliotecários estão diretamente associadas ao gerenciamento de Repositórios Digitais. Como afirma Leite (2009, p. 99): “bibliotecários tornam-se imprescindíveis mediadores entre informação científica e seus leitores, atendendo as expectativas de quem a produz e de quem a utiliza”. Os bibliotecários são os responsáveis pelo processamento técnico do acervo, desde selecionar, catalogar, indexar, avaliar, remanejar e disseminar todas as fontes de informações que fazem parte do RT.

Tão importante quanto os demais profissionais na implantação do RT estão os profissionais da Tecnologia da Informação (TI) responsáveis pela implantação e manutenção dos sistemas de informações e bancos de dados, backups, softwares, hardwares e servidor do RT.

E as parcerias, relevantes na implantação desse repositório: a equipe do MediaLab, um laboratório de pesquisa, desenvolvimento de softwares livres. Que em parceria com o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), desenvolveu o Tainacan, software livre utilizado na construção do RT, sendo responsável em fornecer capacitação e suporte técnico do software.

A *Codiworks* foi a empresa que disponibilizou a identidade visual e todo o suporte inicial para implantação do RT, visto que o NTI da UFPI ainda estava amadurecendo a ideia de implantação do repositório, além da instituição ainda está em processo de transição. Sendo assim, a *Codiworks* em parceria com o PPGAPM apresentou o *WordPress*, um sistema livre e aberto de gestão de conteúdo para internet, compatível com Tainacan, dando início a implantação do RT.

### 3.5.4 Conselho gestor

O Conselho gestor é formado por um representante de cada segmento envolvidos da instituição. Cabendo a cada profissional auxiliar no cumprimento da política e adotar os procedimentos administrativos e operacionais necessários ao funcionamento do repositório, supervisionando o que é pertinente a sua competência.

Os membros irão deliberar sobre questões relativas as diretrizes gerais de funcionamento do repositório, atendendo às necessidades e objetivos institucionais; manter atualizada a política que abranja todos as diretrizes necessárias ao funcionamento adequado do repositório; disseminar o serviço e a política; acompanhar o desenvolvimento do RD, bem como o cumprimento da política por todos os atores envolvidos; deliberar sobre questões relativas aos custos, recursos humanos, atualização das políticas, atuar como administrador do software, criar perfis ou grupos de usuários e parametrizar o uso do sistema, deliberar sobre quaisquer questões a ele encaminhadas, relativamente ao serviço e, quando necessário, recorrer ao Conselho Gestor e demais ações pertinentes.

### 3.5.5 Equipe técnica

A equipe técnica será formada pela equipe de profissionais da Biblioteca, duas bibliotecárias e um assistente administrativo, responsáveis pelo tratamento das coleções do RT, tais como: aquisição, seleção, catalogação, indexação, avaliação e disseminação do material do RT. Outros profissionais presentes na formação da equipe técnica são os analistas de TI da UFPI, serão dois analistas e três técnicos responsáveis pela manutenção do servidor e *software* do RT.

Para Torino (2017, p. 10 e 11) aos profissionais de informação compete: auxiliar no cumprimento da política; adotar os procedimentos administrativos e operacionais necessários ao funcionamento do repositório; utilizar padrões nacionais e internacionais de metadados; empregar a forma adotada para o preenchimento dos campos, inclusive no que tange à padronização de autoridades; descrever os itens, quando estabelecido no fixo de trabalho; revisar as submissões, quando estabelecido no fluxo de trabalho; certificar-se da permissão para disponibilização dos itens (direito autoral e uso de licenças); proporcionar capacitação aos usuários; supervisionar as atividades dos auxiliares; demais atividades pertinentes; desenvolver plano de divulgação do serviço, bem como materiais de divulgação; propor identidade visual para fixar a marca; orientar a equipe no direcionamento de mecanismos para cobertura de necessidades específicas dos usuários; supervisionar as atividades dos auxiliares; f) demais atividades pertinentes.

Aos profissionais de informática compete: auxiliar no cumprimento da política; manter o *software* disponível, acessível, seguro e atualizado, considerando a última versão disponível e estável; promover estudos e recomendar procedimentos e padrões técnicos para a segurança do

serviço; propor implementações & o código fonte, quando se fizer necessário, de forma a contribuir com a comunidade de desenvolvedores; customizar e administrar os softwares necessários ao serviço; manter uma política de backup; supervisionar as atividades dos auxiliares; demais atividades pertinentes.

### 3.6 Política de Informação

Para a implantação de um Repositório é necessário um estudo aprofundado da estrutura institucional, para que, na formulação de uma política, sejam levadas em consideração as características e os objetivos da instituição. Devem-se considerar, também, questões normativas e legais, como os aspectos do direito autoral, os níveis de acesso, o período de preservação (TOMAÉL; SILVA, 2007; VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006).

Torino (2017, p. 96) destaca, ainda, que a: “elaboração de políticas pode ser considerada uma das etapas fundamentais no que se refere ao planejamento de um repositório, norteando a implantação, bem como a forma e a velocidade do seu desenvolvimento”.

A Política de Informação surge da necessidade de normatização dos procedimentos basilares adotados pelo Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia no tratamento de seu acervo, passando a vigorar como documento formal e guia da equipe de gerenciamento do Repositório Temático MUDE e de seus usuários, orientando-os quanto a sua utilização.

O Repositório precisa ser uma política gerencial, fundamentada em diretrizes claras e completas à criação e ao seu funcionamento, uma vez que necessita equipes multidisciplinares trabalhando de forma integrada para o seu desenvolvimento. Sendo, assim, são necessárias políticas claras e bem estabelecidas para que a comunicação flua e o trabalho seja harmônico, atingindo resultados almejados. Como afirma Leite (2009), a política para a implementação de um repositório deve contribuir para:

[...] integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação da instituição; apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório; satisfazer as necessidades da comunidade; atrair usuários; estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres; povoar o repositório; torná-lo

juridicamente viável; manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas; manter relações internas com administradores acadêmicos, pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição; preservação digital de longo prazo; gerenciar riscos; facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório (LEITE, 2009, p. 71).

Para que a Política de Informação atenda todo o repositório, é necessário estabelecer medidas que compreende desde a Política de Conteúdo à Política de Acesso do repositório que segundo Leite (2009) irão garantir o desempenho pleno do mesmo. São elas: a Política de Conteúdo (informação armazenada e formatos de arquivos), de Preservação (ciclo de vida documental); de Metadados (definição do padrão utilizado e do responsável pela descrição ou revisão); de Submissão (etapas de apresentação do documento); de Autoarquivamento (Forma de depósito: autor ou mediador); e de Acesso (livre ou restrito à comunidade atendida).

#### 3.6.1 Conteúdo

É na política de conteúdo que os repositórios determinam quais tipos materiais irão abrigar e quais formatos de arquivos serão aceitos. Fazem parte da coleção dos repositórios artigos, teses, dissertações, vídeos, áudios, fotografias, músicas, etc.

O conteúdo de um repositório está diretamente relacionado à comunidade de usuários que, segundo Gibbons (2004), determina o que deve ser depositado, bem como a abrangência de cobertura do repositório.

Para Tomaél & Silva (2007, p. 6) “tão importante quanto o conteúdo é a definição sobre os objetos digitais que poderão ser armazenados (formatos: doc, pdf, html, jpeg, gif, mpeg), para tanto, a ferramenta de tecnologia de informação adotada e sua customização são fatores determinantes”.

Importante característica de um repositório digital é o fato de disponibilizar informações publicadas em outras fontes, como editoras, periódicos, eventos e outros.

### 3.6.2 Preservação

As estratégias para preservação de objetos digitais representam um aspecto indispensável da política para repositórios, porque inclui discussões sobre a permanência de conteúdos e formatos, põe em evidência as informações que nascem digitais, além de mostrar a urgência de adoção de mecanismos.

Para Ferreira (2006), preservação digital é o conjunto de atividades e processos utilizados para assegurar o acesso contínuo e em longo prazo à informação digital, garantindo que permaneça acessível, com qualidade e autenticidade para a interpretação futura, utilizando-se de uma plataforma tecnológica.

É na política de preservação que os repositórios informam quais estratégias serão utilizadas para assegurar a preservação do material que está em sua base de dados, a preservação é entendida “como a atividade que administra o ciclo de vida do documento digital com ênfase no acesso de longo prazo a informação digital, conservando em sua integridade”. Tammaro e Salarelli (2008, p.193)

De acordo com literatura Arellano (2011); Leite (2009); Tomaél; Silva (2007); Weitzel (2015), fazem referência as políticas de preservação digital, os critérios mais relevantes são:

- As informações serão mantidas integras, sem danos, perdas ou alterações;
- Garantia de migração de dados durante upgrade da plataforma;
- Realização de backups regulares;
- Uso de identificadores persistentes, que permitirão a localização do material;
- Uso de estratégias de preservação como, por exemplo, a inclusão de metadados descritivos (como título, autor e palavras-chave);
- Uso de metadados estruturais (auxiliam-nos na estruturação dos documentos digitais, preservando a sua apresentação) e administrativos (que auxiliam na gestão do ciclo de vida

dos objetos digitais, possibilitando a inclusão de informações de criação, especificidades e dependências técnicas).

Vale lembrar que apenas a preservação digital poderá assegurar que o documento possa ser utilizado em longo prazo. Para tanto, é relevante atentar que se trata não apenas de arquivos, mas também de metadados (descritivos, de direito autoral e técnicos) e a estrutura do documento.

### 3.6.3 Metadados

Os metadados são informações estruturadas que descrevem, explicam, localizam, ou tornam mais fácil de recuperar, usar ou gerenciar um recurso de informação. Segundo Tomaél e Silva (2007, p. 7): “os metadados são fundamentais para a implantação de repositórios de informação porque, além da função de descrição estrutural dos objetos, têm também finalidade administrativa uma vez que auxiliam na gestão dos arquivos de dados”.

É na política de metadados que serão definidos quais os esquemas de metadados a ser utilizados, estabelecendo os requisitos de descrição para cada elemento, as formas de padronização e de normalização, visando à qualidade sintática e semântica.

Para tanto, utilizaremos o Dublin Core um esquema de metadados que visa descrever objetos digitais, tais como, vídeos, sons, imagens, textos e sites na web. O uso de padrões de metadados possibilita aos sistemas de informação e de gestão do conhecimento a integração e o compartilhamento de recursos e aplicações.

O Dublin Core é um padrão de metadados, composto por 15 elementos, planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos. Elementos como autor, título, assunto são exemplos de metadados e podem ser usados para descrever tanto um livro em um catálogo de uma biblioteca online, quanto para descrever uma home page, uma base de dados ou qualquer outro recurso eletrônico em ambiente web. Metadados dão significado semântico a dados aparentemente isolados, provendo um contexto ao processo de busca.

### 3.6.4 Submissão

Na política de submissão os repositórios abordam questões relacionadas a quais usuários estarão habilitados a submeter o material; a equipe responsável pelo depósito; e, ainda quais documentos devem estar adequados a serem submetidos.

É na política de submissão que o Conselho gestor avalia a publicação verificando se está cumprindo com todas normas disponibilizada na política de informação do repositório. Caso não cumpra com todos os critérios estabelecidos a publicação não é aceita no Repositório. A política de submissão é atrelada a política de autoarquivamento.

### 3.6.5 Autoarquivamento

Esse tópico estabelece critérios para assegurar o fluxo contínuo das produções. Nessa política será determinado por quem os arquivos serão arquivados, se será pelo próprio autor ou por um mediador responsável pelo gerenciamento do repositório. O autoarquivamento do repositório será mediado pela equipe técnica do repositório que além de fazer a mediação, fará um treinamento com o usuário quanto ao uso do repositório. O arquivamento será obrigatório aos docentes, discente e pesquisadores externos envolvidos do PPGAPM.

### 3.6.6 Acesso

A política de acesso estabelece como usuário poderá usufruir o material disponibilizado no repositório. Utilizando-se acesso livre ou acesso restrito, que são determinados por essa política. Os arquivos podem ser disponibilizados na íntegra ou em parte.

Determinar todas as formas possíveis de uso que um repositório institucional possa ter não é fundamental; porém, há a necessidade de se ter uma ideia de como ele pode ser usado pela comunidade. Para formar essa ideia Gibbons (2004) recomenda que se proceda a um levantamento entre os pesquisadores/autores para suscitar a existência de potenciais trabalhos que poderiam ser disponibilizados por meio do repositório, recolher detalhes específicos sobre os trabalhos para assegurar o entendimento de seu escopo e sua condição.

Entretanto, para validar essa política necessita-se ser aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, formados pelos membros docentes da Instituição.

O texto completo do documento da Política de Informação do Repositório Temático MUDE encontra-se no apêndice deste trabalho.

## 3.7 Implantação

A etapa de implantação estabelece a escolha do software e toda estrutura do repositório que inclui a criação de coleções, itens, metadados, filtros, taxonomia entre outras funcionalidades mais apropriadas para o gerenciamento do repositório.

Após a instalação do *software* Tainacan foram criadas as coleções para o acervo do PPGAPM, para cada coleção foram criados metadados seguindo o esquema Dublin Core, também foram colocadas as fotografias e descrições das primeiras coleções do repositório tais como: acervo fotográfico, acervo da vila, acervo dos trabalhos finais do Programa, acervo audiovisual.

Nessa etapa, também, foi feita a customização da página, ainda em fase de construção, na qual são escolhidas a interface da página, a criação dos menus e seus respectivos *links*, bem como o texto de apresentação do repositório e a partir desse manuseio a cada momento vamos descobrindo mais funcionalidades na plataforma Tainacan.

### 3.7.1 Software e funcionalidades

O campo da Ciência da Informação está se expandindo de maneira vertiginosa. O fato de 90% do volume de dados hoje presente na Internet ter sido produzido nos últimos 20 anos, desde 2016, indica que vivemos impacto informacional em escala descomunal, que apresenta óbvias dificuldades de assimilação. Tal fenômeno cria situações de descompasso entre a realidade do que acontece na rotina das pessoas, e a maneira como funcionam as instituições e os marcos regulatórios. A ciência, obviamente, é também impactada diretamente pela explosão da informação digital, e coloca-se

em questão sua capacidade em responder aos complexos dilemas informacionais da sociedade contemporânea. (CARVALHO JÚNIOR; MARTINS; GERMANI, p. 11. | Disponível em <https://pesquisa.tainacan.org/artigos/glam-e-instituicoes-de-memoria-em-rede-uma-infosfera-de-floridi/>. Acesso em 28 jun. 2019)

A escolha de um *software*, de acordo Goh et al (2006, apud LEITE, 2009) deve ser levada em consideração: gestão de conteúdos (que está relacionada às facilidades que o *software* disponibiliza, quanto a criar, submeter, revisar e organizar os conteúdos); a interface do usuário (a flexibilidade de customização da interface do repositório); administração do usuário (as facilidades de gerenciamento do repositório feitas pelo usuário, como níveis de permissões); administração do sistema (relacionada às ferramentas para adquirir, gerar e coletar automaticamente os metadados e dar suporte a preservação digital e a realizar a identificação persistente dos documentos); e outros requisitos como interoperabilidade com outros sistemas aos quais ele é conectado.

A escolha do *software* foi uma indicação da Coordenação do Programa, porque:



O Tainacan é uma ferramenta flexível e poderosa para WordPress que permite a gestão e a publicação de coleções digitais com a mesma facilidade de se publicar posts em blogs, mas mantendo todos os requisitos de uma plataforma profissional para repositórios. Disponível em [tainacan.org](http://tainacan.org)

A trajetória do Tainacan tem início em 2009, quando o extinto Ministério da Cultura (MinC), por intermédio da área especializada em cultura digital, “provocou o debate sobre a questão da digitalização de acervos no campo da cultura, concluiu-se a necessidade de uma política nacional para o setor. A discussão aconteceu no eixo Memória Digital, do Fórum da Cultura Digital Brasileira (Lourenço, 2009), e foi aprofundada com a realização do Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais no ano seguinte” (MARTINS, CARVALHO JÚNIOR, GERMANI, 2010, p. 08).

A reflexão sobre acervos públicos e privados não é nova no Brasil, onde há uma enorme diversidade de instituições que lidam com coleções materiais e imateriais. No contexto do país, existem boas razões que justificam a organização de políticas públicas específicas voltadas para os acervos digitais e, eventualmente, para o próprio desenvolvimento de uma institucionalidade com essa missão. Por um lado, a digitalização permite a integração ampla e efetiva de diferentes instituições e acervos e a preservação do patrimônio cultural, o que amplia exponencialmente as condições de acesso à informação e à cultura.

O Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia forma profissionais para atuarem como gestores do patrimônio, tem como área de avaliação Capes, as Ciências da Comunicação e Informação. Para Martins (2019): “A Ciência da Informação participa na promoção do termo ‘Instituição de Memória’ como metáfora para a integração de bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação”. Martins tem estudado e usado os recursos informacionais para disponibilizar o acesso livre aos acervos dessas instituições.

Em paralelo, a partir do movimento em se integrar acervos digitalizados do campo da cultura em rede emerge o acrônimo GLAM da língua inglesa, que integra Galerias, Bibliotecas, Arquivos e Museus, e enfatiza a promoção do acesso como missão principal. É justo afirmar que a demanda pela interoperabilidade dos acervos dos diferentes domínios arquivísticos é pautada pela possibilidade de integração dos conteúdos diversos via web, cenário que propicia inovação no acesso e no processamento das informações de patrimônio cultural pela sociedade. A partir de um foco na reconstrução crítica de Richard Fyffe, sobre o papel do especialista em CI na perspectiva da Infosfera de Floridi, buscamos identificar como novos conceitos para o campo da Ciência da Informação, derivados da FI e da Ética da Informação (EI) de



Figura 02. Espelho da página inicial do Repositório Temático MUDE | Fonte: Disponível em: <wwwhttp://repositoriomude.com.br>

Flóridi, podem auxiliar a compreensão de transformações radicais em curso no campo dos acervos digitalizados de instituições de memória, e sua relação com as questões éticas mais amplas no plano da Infosfera. (Disponível em <https://pesquisa.tainacan.org/artigos/glam-e-instituicoes-de-memoria-em-rede-uma-infosfera-de-floridi/>. Acesso em 28 jun. 2019)

O Tainacan utiliza o conceito de coleções para categorizar grupos. Cada uma delas possui uma lista de metadados específicos, definidos pelo criador da coleção, conforme as características da categoria. Quando um usuário deseja cadastrar algum material na plataforma, após selecionar uma coleção, ele deve preencher os metadados com as informações principais do item cadastrado. Além de garantir a inserção de detalhes importantes sobre o trabalho, o uso de metadados faz com que a busca na plataforma obtenha melhores resultados, e ainda assegura um padrão de exibição para os trabalhos.

O Tainacan foi pensado para acervos digitais, não apenas acervos museológicos, tanto que ele foi construído como uma ferramenta flexível para que ele pudesse atender a demanda de centro de culturas, arquivos, bibliotecas, pontos de memória, pontos de culturas, ou seja, ele não é uma ferramenta pré-formatada segundo as normas do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), ele é flexível, exatamente por dialogar com outras realidades documentais.

A ferramenta oferece um tema próprio, cujo nome também é Tainacan, esse tema garante que todas as funcionalidades oferecidas pelo *plug-in* consigam se comunicar bem com a interface e obtenham melhor funcionamento e exibição como mostra a Figura 02, o Tainacan permite que os usuários cadastrem-se no repositório e, assim, possam inserir trabalhos, criar suas próprias coleções e adicionar comentários através das mídias sociais como *Facebook*, *twitter*, *google* e criar suas próprias coleções.

O Tainacan surge como uma ferramenta que se adapta à realidade documental de cada instituição, ao criar projetos de aprimoramento, inserir novos campos de metadados, elaborar projetos de pesquisas em novas camadas de documentação do acervo, ou seja, uma ferramenta que permite criar repositórios com características muito diferentes.

Para acessar e propiciar visibilidade das coleções no Repositório Temático é necessário definir a URL e se cria um domínio em um servidor particular ou institucional, visto que o processo

de transição permite a migração do banco de dados para o servidor para a instituição pública ou privada.

O repositório temático é um projeto-piloto, que por funcionará em caráter experimental por de seis meses, disponível apenas para os usuários administradores do *software*. Segundo Swan (2008), o projeto-piloto é uma forma de conhecer melhor as funcionalidades do *software* e permitir os testes no repositório em situações reais. Esse processo é importante, pois proporciona um treinamento para uso do sistema, para observar as dificuldades quanto ao depósito, permite avaliar o funcionamento do sistema entre outras questões que poderão estar associadas ao funcionamento do repositório.

### 3.7.1.1 Boas práticas - instituições que usam o software Tainacan

Algumas instituições já desfrutando das várias funcionalidades que o software Tainacan disponibiliza, permitindo a interoperabilidade e a participação social dos usuários. São museus, instituições de ensino superior, centros culturais entre outras, onde o Tainacan já vem atuando. Segue abaixo alguns exemplos:

#### **Museu do Diamante** | Diamantina - MG.

Disponível em: <[www.http://museudodiamante.museus.gov.br](http://museudodiamante.museus.gov.br)>

Acervo do Museu do Diamante - estão disponíveis 130 objetos. São obras relacionadas à exploração do diamante, arte sacra, mobiliário, instrumentos musicais, dentre outras, que refletem a temática do Museu e estão, em sua maioria, no circuito expositivo. Museu do Diamante possui 1.677 peças catalogadas e 806 fotografias de ruas, casas, monumentos, de personalidades de Diamantina e sobre mineração e garimpo na região, totalizando 2.485 bens culturais. Muitos objetos estão em reserva técnica e em processo de pesquisa de procedência. À medida que estas pesquisas obtiverem mais informações, novas peças serão incluídas na plataforma. Em 2018, o Museu do Diamante contratou serviços especializados para o registro fotográfico do seu acervo, para a criação de um banco de imagens em alta resolução. Essa ação foi fundamental para que a disponibilização do acervo através do Tainacan tivesse maior êxito.

#### **Museu Victor Meirelles** | Florianópolis- SC.

Disponível em <[www.https://museuvictormeirelles.museus.gov.br](https://museuvictormeirelles.museus.gov.br)>

O Museu Victor Meirelles (MVM) disponibiliza seu acervo museológico, totalizando 235 itens, que estão divididos em duas coleções: a Coleção Victor Meirelles e a Coleção XX e XXI. O Museu já possuía imagens com boa resolução de grande parte do acervo, capturadas em outros momentos, seja por contratação de empresa terceirizada, seja realizada pela própria equipe do Museu. Recentemente o Museu Victor Meirelles adquiriu uma câmera fotográfica profissional e, com ela, foram captadas as fotografias das novas aquisições.

#### **Museu de Arqueologia de Itaipu** | Rio de Janeiro - RJ

Disponível em <[www.http://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br](http://museudearqueologiadeitaipu.museus.gov.br)>

Fundado em 22 de março de 1977, o então chamado Museu de Arqueologia de Itaipu teve seu projeto de criação empreendido pelo próprio Edgard Jacintho, com o apoio de Renato Soeiro, diretor do IPHAN à época. Foi pensado de forma a dotar o bem tombado de uma função didático-científica compromissada com a salvaguarda e a difusão do patrimônio cultural de natureza arqueológica, intensificando o turismo na região e alinhando-se às diretrizes do MEC naquele período.

#### **Museu do Ouro** | Sabará - MG

Disponível em <[www.https://museudoouro.museus.gov.br](https://museudoouro.museus.gov.br)>

O Museu do Ouro possui ainda um arquivo histórico e uma biblioteca, localizados na Casa Borba Gato, edificação do século XVIII. O Arquivo Histórico Documental do museu começou a ser constituído em meados da década de 50 do século XX e compõe-se de documentação cartorial originada no século XVIII, nas Ouvidorias e Provedorias dos Cartórios do Primeiro e Segundo Ofícios da outrora comarca do Rio das Velhas. A Biblioteca possui cerca de 3.000 títulos registrados, entre os quais se encontram obras referentes à formação do Estado de Minas Gerais e do Brasil, arquitetura, história da arte, incluindo valiosa coleção de obras raras com edições que datam do século XVIII.

**Museu do Índio** | Rio de Janeiro – RJ

Disponível em: < [www.http://www.museudoindio.gov.br/o-museu/apresentacao](http://www.museudoindio.gov.br/o-museu/apresentacao)>

O Museu do Índio abriga um rico acervo etnográfico dos povos indígenas no Brasil. São 19.918 objetos contemporâneos, na sede, expressões da cultura material de aproximadamente 150 povos indígenas que viveram e vivem no território brasileiro. As peças de uso ritual e cotidiano, feitas dos mais variados materiais como madeira, palha, argila etc., foram obtidas diretamente dos índios por meio de doações e compras a partir de 1947. A organização do acervo do Museu do Índio se baseia em categorias de classificação de objetos indígenas já consagradas na bibliografia etnológica.

**Acervo da Cultura Afro Brasileira** | Recife – PE

Disponível em: < [www.http://afro.culturadigital.br](http://afro.culturadigital.br) >

O Acervo do Museu Afro Brasil conserva mais de 5 mil obras que englobam diferentes áreas de múltiplos universos culturais africanos, indígenas e afro-brasileiro. Dividido por meio de Núcleos temáticos, o acervo procura abranger aspectos da arte, da religião afro-brasileira, do catolicismo popular, do trabalho, da escravidão, das festas populares, registrando assim, a trajetória histórica, artística e as importantes influências africanas na construção da sociedade brasileira. Sua coleção é composta de gravuras, pinturas, desenhos, aquarelas, esculturas, documentos históricos, fotografias, mobiliário, obras têxteis, plumárias, cestarias, cerâmicas, entre outras obras elaboradas desde o séc. XVI até os nossos dias.

**Revista Filme Cultura** | Ministério da Cultura

Disponível em: < [www.http://revista.cultura.gov.br](http://revista.cultura.gov.br)>

A Revista Filme Cultura é um periódico sobre cinema brasileiro criado em 1966 e chegou a 62ª edição. A revista tem importante papel na divulgação, reflexão e debate sobre o cinema nacional, apresentando artigos sobre estética e técnica cinematográfica, ensaios, reportagens, depoimentos, entrevistas, legislação e material iconográfico.

**Bibflora** | UFG – Goiânia – GO

Disponível: < [www.https://bibflora.medialab.ufg.br/](https://bibflora.medialab.ufg.br/)>

Recursos para estudos das plantas nativas brasileira das exóticas cultivadas/ Acervo curado e mantido pelos membros do grupo Identificação de plantas;

**Museu Histórico Nacional** | Rio de Janeiro – RJ

Disponível: < [www.http://mhn.museus.gov.br/](http://mhn.museus.gov.br/)>

O acervo museológico do Museu Histórico Nacional está agora disponível para pesquisa online com informações detalhadas sobre cada item. Nesta primeira etapa, o público tem a oportunidade de ter acesso às 500 obras que compõem a coleção de pintura – que se encontram tanto nas exposições de longa duração quanto na reserva técnica do museu.

**Biblioteca Modelo** | UFG – Goiânia – GO

Disponível em: < [www.https://www.gi.fic.ufg.br/biblioteconomia/colecao/bibliotecamodelo](https://www.gi.fic.ufg.br/biblioteconomia/colecao/bibliotecamodelo)>

Coleção composta por referências bibliográficas de livros infantis, juvenis e informativos que fazem parte do acervo da Biblioteca Modelo (BM) do Laboratório do Laboratório do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (LIBRIS).

## 3.8 Funcionamento

### 3.8.1 Marketing e povoamento

Segundo Leite (2009), um dos desafios ao ter um repositório em pleno funcionamento é a garantia da participação da comunidade. Para tanto, o Repositório Temático MUDE tem seu acervo formado por pesquisas desenvolvidas pelos docentes e discentes do PPGAPM, através de ações que pretendem diagnosticar, experimentar, intervir e avaliar as demandas sociais, culturais, políticas e econômica da região. Essas pesquisas ao término do programa geram produtos e serviços apresentados a sociedade e disponibilizados no RT, através de publicações científicas.

É item obrigatório que o discente regularmente matriculado no Programa faça o depósito de suas publicações elaboradas no período letivo do mestrado, através de um autoarquivamento mediado e que seguindo as demais normas definidas pela Política de Informação do Repositório Temático MUDE.

Vale ressaltar, que essa norma também se estende aos docentes membros do PPGAPM que devem fazer o depósito de seus trabalhos, seja artigos, documentários, projetos entre outros.

Essas iniciativas, são essenciais para que a comunidade absorva a ideia do movimento de acesso aberto. Para Leite (2009, p. 79) " com isso, é possível de fato, interferir cultural, social e economicamente na lógica do sistema tradicional de comunicação científica".

A divulgação do repositório seus serviços e benefícios, são pontos cruciais para um repositório bem-sucedido. Para tanto, Leite (2009) ainda elenca alguns outros fatores também essenciais:

- É essencial convencer a comunidade sobre o RI que ela incorpore
- Os pressupostos do Acesso Aberto;
- Estudos demonstram que o fator que maximiza o povoamento de
- RI é a institucionalização de políticas de depósito obrigatório;
- Destacar os benefícios junto aos pesquisadores do RT;
- Criação as condições políticas favoráveis para o estabelecimento do RI;
- Elabore um "case" demonstrando o valor do repositório para a instituição de um modo geral;
- Apresente o RI em encontros presenciais ou videoconferência. Reuniões de colegiados, aulas inaugurais, departamentos de tecnologias da informação, reuniões de comitês de publicação, grupos de pesquisa e outras comunidades são boas oportunidades.

Essas são as medidas eficazes para promover o repositório a promoção através da disseminação de suas publicações e treinamento dos usuários quanto ao uso do sistema.

## 4 MÉTODOS E TÉCNICAS

Neste tópico, apresenta-se a descrição dos métodos e técnicas de pesquisa usados neste trabalho, que nos possibilitaram alcançar o objetivo da pesquisa a partir da exploração, desenvolvimento, investigação.

### 4.1 Tipo de Pesquisa

A metodologia do trabalho em questão buscou eleger uma pesquisa apropriada para facilitar o processo de obtenção dos resultados deste estudo. De acordo com Boaventura (2004, p. 55), a pesquisa é entendida como: “a busca sistemática de solução de um problema ainda não resolvido ou resolvível, há a considerar várias opções”. Assim, há vários tipos de pesquisa, as quais podem ser utilizadas.

Nesta perspectiva, utilizou-se a pesquisa bibliográfica a partir da fundamentação por meio de livros, dissertações e artigos entre outros, a qual visou à compreensão dos aspectos relacionados ao assunto afim de embasar a busca do objetivo proposto de trabalho.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 183) a finalidade da pesquisa bibliográfica “é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”. Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (2008, p. 55), ainda, discorre que a: “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”.

Dessa forma, se utilizou a pesquisa bibliográfica afim de embasar os estudos acerca de repositórios digitais. Nessa perspectiva, foram abordados tópicos associados a implantação de repositórios, desde do surgimento com o movimento de acesso aberto a construção do RT, com as etapas de planejamento, implantação e funcionamento.

## 5 CONCLUSÃO

## 5 CONCLUSÃO

Inúmeros são os desafios para uma proposta de política de informação e implantação de repositório temático, no caso deste trabalho do Repositório Temático do Ecomuseu Delta do Parnaíba (MUDE) vinculado ao Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia. Trata-se de projeto piloto que tem como finalidade preservar, disseminar e produzir pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, em transição para se vincular à Universidade Federal do Delta do Parnaíba, criada em 2018.

Os repositórios digitais oferecem oportunidades para o compartilhamento da informação, contribuem para disseminar estudos e ações do Programa, proporcionando visibilidade, armazenamento e a recuperação de informações, materializadas estudos e intervenções práticas; promovem visibilidade e disponibilidade dos resultados do Programa, que, gradativamente, aumenta a sua produção científica e o inclui no rol de programa de universidades e instituições de ensino e pesquisa, fortalecendo-o como agente de transformação e inovação social no campo das artes, patrimônio cultural e museologia.

Para tanto, é imprescindível que a política de informação adotada pelos gestores desse Repositório seja muito bem elaborada, pois envolvem grandes mudanças na forma como a pesquisa é disseminada, publicada e preservada. Portanto, por dar nova configuração ao ambiente da comunicação científica, a implantação de um repositório, além de considerar os aspectos técnicos, precisa levar em conta o ambiente e os atores da instituição, pois uma política de informação lançada em moldes não participativos estaria fadada ao fracasso.

O desenvolvimento de um repositório em qualquer instituição é um projeto de longo prazo, dada sua complexidade é necessário o envolvimento de toda uma equipe. A equipe atual de gestão do repositório se compromete a dar continuidade a esse projeto tendo como principal desafio a sua visibilidade e o funcionamento.

Sendo assim, este trabalho colabora de forma significativa para uma futura política de acesso à informação de Repositório Institucional da recém-criada Universidade Federal Delta do Parnaíba – UFDPa; um serviço que disponibiliza a Biblioteca da Instituição; um exercício para os cursos não só de pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, mas de pós-graduação de toda instituição.

## 6 REFERÊNCIAS

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>. Acesso em: 13 maio 2019.

BRUMATTI, Josimara Dias; WEITZEL, Simone da Rocha. v. 17, n., 2016XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL: UM ESTUDO DESCRITIVO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA. Disponível em: <http://brapci.inf.br/index.php/article/view/0000022012/4e4a7a1eeddefa8a7bcc0d656b253ba3>. Acesso em 22 mar. 2019

BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE. Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto. Budapeste, 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org>. Acesso em: 14 mar. 2019.

CAFÉ, Lígia; et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação BH/MG – 2 a 6 Set 2003.

CAMARGO, L. S. A; VIDOTTI, S.B. G. Uma estratégia de avaliação em repositórios digitais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS-SNBU, 15., 2008, São Paulo - SP. Anais... São Paulo - SP. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3560.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999. p. 49-63. (Seminários & Debates).

CARVALHO, Rita de Cássia Moura; PINHEIRO, Áurea da paz. Rede de museus de território na área de proteção ambiental Delta do Parnaíba. Revista Ibero-americana de Turismo- RITUR, Penedo, V. 8, Dossiê Número 4, set. 2018, p. 204-217. Disponível: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>. Acesso em: 12 mar. 2019

COSTA, Sely M.S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. Ciência da Informação, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200005&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200005&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 30 abr. 2019.

COSTA, Sely. A comunicação científica nos dias atuais: impactos de uma "Filosofia Aberta". In: Bibliotecas Digitais: saberes e práticas. Salvador/Brasília: UFBA/IBICT, 2005.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202.

CROW, R. The case for institutional repositories: a SPARC position paper. Washington: SPARC, 2002. Disponível em: . Acesso em: 2 junho. 2019.

FAUSTO, S. Evolução do Acesso Aberto – breve histórico [online]. SciELO em Perspectiva, 2013 [viewed 16 March 2019]. Available from: <https://blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico/> MEADOWS, J. A comunicação científica. Brasília: Briquet Lemos, 1999.

FERREIRA, M. Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensus. Guimarães, PT: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. Disponível em: Acesso em: 05 fev. 2019.

GIBBONS, Susan. Establishing an institutional repository. Chicago: ALA – American Library Association, 2004. 68p. Disponível em: <http://1624.brianwinterman.com/gibbons.pdf> Acesso em: 07 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

COMES, Cristina Marques. Comunicação científica: alicerces, transformações e tendências. – Covilhã: UBI, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um modelo para o Brasil. Ciência da Informação. Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago, 2006. Disponível em: Disponível em: <<https://>

[kuramoto.wordpress.com/2006/03/12/o-manifesto-brasileiro-de-apoio-ao-acesso-livre-a/](http://kuramoto.wordpress.com/2006/03/12/o-manifesto-brasileiro-de-apoio-ao-acesso-livre-a/)>. Acesso em: 30 abr. 2019.

JAMBEIRO, O. et al. Comunicação científica: estudo de caso sobre uma política de acesso aberto para a produção acadêmica. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 143-155, 2012.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 11 n. 2, p. 206-219, maio/ago. 2006.

LEITE, Fernando C. L. Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informação%20cient%C3%ADfica%20brasileira.pdf>> Acesso em: 12 maio 2019.

LEITE, Fernando et al. Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica. Brasília: IBICT, 2012.

LEITE, Fernando César Lima. Gestão da informação científica e repositórios institucionais de acesso aberto. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2012. Anais... Gramado, 2012. Disponível em: . Acesso em: 22 maio. 2019.

LYNCH, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. ARL Bimonthly Report, 26, 2003. Disponível em: . Acesso em: 7 maio 2019.

MARCONDES, C.H.; SAYÃO, L.F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso In: SAYÃO, L.F et al (org). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, a2009, a365p.a Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implatacao\\_repositorio\\_web.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implatacao_repositorio_web.pdf)> Acesso: 12 fev. 2019.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Critérios para a preservação digital da informação científica. 2008. 354 f Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/11884842.pdf>>. Acesso em: 15 abril. 2019.

MARTINS, Dalton. GLAM e Instituições de Memória em Rede: uma 'Infosfera' de Floridi? Disponível em <file:///C:/Users/positivo/Downloads/27529-99784-1-PB.pdf>. Acesso em 4 jul. 2019.

MEADOWS, A. J. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

MOURA, Cássia; PINHEIRO, Áurea. Paisagem Cultural do Delta do Rio Parnaíba. Pesquisa em fase de revisão para publicação, 2016. [no prelo]

MORENO, Fernanda P; LEITE, Fernando L; ARELLANO, Miguel A. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. Perspectiva em Ciência da Informação. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 82-94, jan., 2006. Disponível em: . Acesso em: 12 março 2019.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. Ciência da Informação, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-99362006000100007> Acesso em: 20 abril 2019

NASSI-CALÒ, L. Radiografia da publicação acadêmica em acesso aberto e seus indicadores bibliométricos [online]. SciELO em Perspectiva, 2018 [viewed 28 March 2019]. Available from: <https://blog.scielo.org/blog/2018/02/09/radiografia-da-publicacao-academica-em-acesso-aberto-e-seus-indicadores-bibliometricos/>

OPEN ARCHIVES: VIA VERDE OU VIA DOURADA? Virginia Barbara Aguiar Alves

Ponto de Acesso, Salvador, v.2, n.2, p. 127-137, ago. /set. 2008. [www.pontodeacesso.ici.ufba.br](http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br)

PRESTES, C. Q. Construção de políticas para repositórios institucionais: análise da ferramenta do OpenDoar. 2010. 87 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RODRIGUES, Eloy [et al.] - RepositórioUM: criação e desenvolvimento do Repositório Institucional da Universidade do Minho. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, Estoril, 2004 - "Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar

a profissão": actas. [CD-ROM]. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2004. Alicerces,

RODRIGUES, E. Kit de políticas open access. 2009. Disponível em: <<http://confoa09.sdum.uminho.pt/apresentacoes/ER%20-%20Apresentação%20Kit%20Pol%C3%ADticas%20Open%20Access.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2019.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/CATARINA%20HERALDA%20RIBEIRO%20DA%20SILVEIRA.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2019.

SOUZA, M. I. F.; VENDRUSCULO, L. G.; MELO, G. C. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. Ciência da Informação, v. 29, n. 1, p. 93-102, jan/abr. 2000.

SPINAK, E. and PACKER, A. 350 anos de publicação científica: desde o "Journal des Sçavans" e "Philosophical Transactions" até o SciELO [online]. SciELO em Perspectiva, 2015 [viewed 18 March 2019]. Available from: <<https://blog.scielo.org/blog/2015/03/05/350-anos-de-publicacao-cientifica-desde-o-journal-des-scavans-e-philosophical-transactions-ate-o-scielo/>>

SWAN, A. Open-access self-archiving: an introduction. Key Perspectives, Reino Unido (UK), 2005. Disponível em: <<http://cogprints.org/4385/1/jisc2.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2019.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. Repositórios Institucionais: diretrizes para políticas de informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., Bahia. Anais.. Salvador, BA, 2007.

TORINO, Emanuelle. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. In: VECHIATO, Fernando et al. (org.). Repositórios digitais: teoria e prática. Curitiba: EDUTFPR, 2017. 271 p.

VECHIATO, Fernando et al (Org). Repositórios digitais: teoria e prática. Curitiba: EDUTFPR, 2017. 271 p.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de Coleções. São Paulo: Polis: APB, 1989.

VIANA, Cassandra Lúcia de Maya; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel; SHINTAKU, M. Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do Dspace. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 3., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecas-cruesp.usp.br/3sibd/docs/viana358.pdf>>. Acesso em: 21 maio. 2019.

VIEIRA, Eliane Apolinário. O papel do bibliotecário na implementação de repositórios institucionais. Relatos de Experiência. Biblionline, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 86-94, 2012.

WEITZEL, S.R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. Em Questão, Porto Alegre (UFRGS), v. 12, n. 1, p. 51-71, jan/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/3709/3497>> . Acesso em: 02 maio jun. 2019.

WEITZEL, Simone da Rocha; MESQUITA, Marco Aurélio Alencar de. Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região Sudeste do Brasil Digital. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 181-196, maio 2015. Disponível: [http:// file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/3618-9768-1-PB.pdf](http://file:///C:/Users/Biblioteca/Downloads/3618-9768-1-PB.pdf). Acesso: 27 maio 2019.

## APÊNDICE A



### Resolução da Política de Informação RT MUDE

Resolução nº 002/2019 – Colegiado do PPGAPM/ UFPI, de X de XXXX de 2019.

Estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica do Programa de Pós-Graduação Artes, Patrimônio e Museologia CMRV/UFPI, no que se refere ao seu Repositório Temático MUDE, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia.

A COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ARTES, PATRIMÔNIO E MUSEOLOGIA e o Colegiado do Programa, usando das suas atribuições que lhe conferes o Art. 4 Incisos I a III o Regimento Interno do PPGAPM.

CONSIDERANDO a necessidade de preservar e ampliar a visibilidade e o acesso à produção científica Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, a contribuição com a elaboração de indicadores da produção técnico-científica da instituição.

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar, acelerar, o desenvolvimento de suas pesquisas e ampliar o acesso, visibilidade e recuperação da produção técnico-científica da instituição.

RESOLVE

Seção I:

Do Repositório Temático MUDE

Art. 1º Estabelece Normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica do Programa de Pós-Graduação Artes, Patrimônio e Museologia, do CMRV/UFPI, utilizando-se de uma plataforma de software livre, como forma de prover o acesso aberto e a visibilidade, por meio da internet aos itens digitais produzidos no Programa. O Repositório Temático MUDE tem por objetivo:

I – Ampliar o acesso, a visibilidade nacional e internacional, o uso e o impacto da produção intelectual do PPGAPM;

II – Preservar a memória institucional em suporte digital pelo armazenamento de objetos digitais de longo prazo;

III – Facilitar a gestão da informação digital do PPGAPM, reunindo num único lugar tais informações e evitando duplicidade e inconsistência;

IV – Prover forma ágil de gerar e divulgar indicadores relativos à produção intelectual da PPGAPM, assim fornecendo subsídio ao planejamento e gestão da instituição;

VII – Contribuir para o fortalecimento do compromisso institucional com a divulgação e acesso aberto a sua produção intelectual à sociedade.

Seção II:

#### DOS RESPONSÁVEIS

Art. 2º A implantação e a manutenção do Repositório Temático MUDEM dessa instituição, doravante, neste documento, denominado de RT, serão geridas pela Conselho Gestor do RT formado por:

I – 01 (um) representante da Coordenação PPGAPM/ UFPI;

II – 01 (um) representante da Biblioteca/ UFPI;

III – 01 (um) representante do NTI/ UFPI;

IV – 01 (um) representante da Colegiado do PPGAPM/ UFPI;

V – 01 (um) representante discente do PPGAPM/ UFPI;

Seção III:

#### DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º - São atribuições do Conselho Gestor:

I - criar normas para a gestão e o uso do Repositório Temático MUDE;

II - planejar, coordenar e supervisionar a plena execução das normas estabelecidas nesta Política;

III - acompanhar o trabalho dos membros da Equipe Técnica do RT;

IV - planejar e promover condições técnico-científicas para a preservação, documentação, ampliação, difusão e disponibilização do acervo do RT;

V - planejar e promover estudos e pesquisas a partir do acervo do RT;

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Gestor do RT e pela Equipe Técnica dentro de suas respectivas competências.

Seção IV:

#### DA EQUIPE TÉCNICA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º A equipe técnica será formada pela equipe de profissionais:

I - Equipe da Biblioteca - Compete a reponsabilidade do tratamento dos materias de informação do RT, tais como: aquisição, seleção, catalogação, indexação, avaliação e disseminação;

II - Equipe do NTI - Compete a reponsabilidade da manutenção dos sistemas de informações e bancos de dados, backups, softwares, hardwares e servidor do RT. Responsáveis pela manutenção do servidor e software do RT.

Seção V:

#### DO CONTEÚDO

Art. 3º. O RT destina-se como uma plataforma para arquivar toda produção intelectual que incide sobre a produção científica do PPGAPM/UFPI.

I - entende-se como produção intelectual toda a produção científica, tecnológica, didática, artístico-cultural e técnica-administrativa produzida pelo docentes e pelo corpo discente do PPGAPM/UFPI, tais como: São documentos que podem ser incluídos: artigos, (se permitido pelo editor da revista), capítulos de livros, relatórios técnicos e documentos, materiais didáticos, apresentações, imagens, materiais visuais, documentário, fotografias, sites ou páginas, dissertações e Teses;

II - as produções intelectuais devem ser apresentadas em um formato padrão, independente de qualquer plataforma. Os formatos de arquivos aceitos são: HTML, PPT, DOC, JPEG, PNG, GIF, BMP, TIFF, MPEG, AVI, MPEG.

III - a produção intelectual que possua restrições legais quanto a sua disponibilização integral deverá ser depositada na forma de metadados até o término de vigência da restrição, sendo posteriormente disponibilizados em acesso aberto;

IV - a validade e autenticidade do conteúdo dos itens depositados no RT é de exclusiva responsabilidade do produtor intelectual, levando-se em conta a categoria de depositante em questão;

IV - o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdo criados por outros, mas que façam parte do seu trabalho;

Parágrafo único - Além dos critérios gerais elencados nesse artigo, deverão também, ser cumpridos os critérios específicos para cada tipo de documento, estabelecidos nas políticas de arquivamento definidas pelo Conselho Gestor.

Seção VI:

#### DA PRESERVAÇÃO

Art.4º - O repositório está empenhado em preservar e dar acesso a todo o seu conteúdo:

I - as publicações intelectuais serão mantidas indefinidamente, sendo migradas para novos formatos de arquivos se necessário;

II - os arquivos originais serão atualizados cada vez que houver mudanças no formato;

III - as publicações podem ser atualizados e as versões anteriores removidas;

IV - as publicações eliminadas serão excluídas definitivamente do repositório.

Seção VII:

#### DO ACESSO AS PUBLICAÇÕES

Art. 6º - A acessibilidade aos metadados e documentos arquivados no Repositório Temático do PPGAPM/UFPJ; será livre e gratuita a qualquer indivíduo, não sendo necessário qualquer

cadastro ou pagamento, respeitando-se os embargados, quando for o caso, para acesso aos documentos.

I - os trabalhos publicados no RT devem ter caráter científico e de acesso aberto;

II - o RT não poderá ser utilizado para propósitos comerciais;

III - a disponibilização dos trabalhos no RT está sujeita aos termos das Políticas de Submissão e de Conteúdo;

IV - a entrega dos trabalhos ao Repositório deve ocorrer na forma final e definitiva.

Parágrafo único: Os casos omissos serão decididos pelo Comitê Gestor do Repositório Temático MUDE.

Seção VIII:

#### DOS METADADOS

Art. 7º - A política de metadados possui o objetivo de garantir a interoperabilidade entre os sistemas de informação e a consistência do trabalho executado no Repositório Temático do PPGAPM. Os documentos no padrão DC são considerados como objetos e integram todos os possíveis tipos de materiais e seu tratamento técnico, sejam bases de dados, imagens digitais, banco de imagens, textos eletrônicos, vídeos e filmes em formato digital e não-digital, objeto multimídia, gravações sonoras em formato digital e não-digital.

Seção IX

#### DO AUTOARQUIVAMENTO/ SUBMISSÃO

Art. 4º - Para ser incluído no RT, a produção intelectual deverá atender aos seguintes critérios gerais:

I - é obrigatório que todos os discentes do PPGAPM ao término do programa façam o depósito de uma publicação final em formato indicado na Seção V art. 3º dessa política, referente aos produtos e serviços elaborados no decorrer do programa;

II - os autores deverão possuir vínculo com PPGAPM/UFPJ e, por ventura, tenham seus trabalhos publicados fora do âmbito institucional, poderão submeter ao Repositório;

III - as publicações devem ser resultado de atividade científica, acadêmica, artística, técnica ou administrativa PPCAPM/UFPJ;

IV - a entrega dos documentos para submissão no RT deverá ocorrer através da secretaria do Programa;

V - no ato da entrega será necessária a assinatura do Termo de Autorização e Declaração de autoria para publicação e a entrega do trabalho em mídia digital contendo o trabalho;

VI - a submissão será realizada no Repositório pela Equipe Técnica, cumpridos os requisitos da Política de Conteúdo, de Acesso e Uso do RT;

VII - a licença adotada é a Creative Commons Internacional 4.0, sendo que a concordância dos direitos autorais é assinada no Termo de Autorização.

VIII - os documentos deverão estar completo, pronto para publicação ou já ter sido publicado e com a cessão de direitos patrimoniais, quando for o caso;

IX - o autor deve ter obtido o direito de reprodução de conteúdo criados por outros, mas que façam parte do seu trabalho;

X - os metadados utilizados para descrever os itens depositados no RT seguirão padrões internacionalmente estabelecidos para facilitar a interoperabilidade, respeitando as particularidades dos itens digitais.

#### Seção X

##### - Da Governança do RT

A governança do RT será conduzida pelo Conselho Gestor nomeado pelo Coordenador do Programa, cuja constituição, atribuições e funcionamento encontram-se detalhadas no documento que define a operacionalização do RT.

## APÊNDICE B



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO TEMÁTICO MUDE

1. Identificação do material bibliográfico:

Tese:  Dissertação:  Monografia:  TCC Artigo:  Livro:

Capítulo de Livro:  Material cartográfico ou Visual:  Música:

Obra de Arte:  Partitura:  Peça de Teatro:  Relatório de pesquisa:

Comunicação e Conferência:  Artigo de periódico:

Publicação seriada:  Publicação de Anais de evento:

2. Identificação do TCC:

Curso de Graduação: \_\_\_\_\_

Programa de pós-graduação: \_\_\_\_\_

Outro: \_\_\_\_\_

Autor: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Orientador (a): \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Membro da banca: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Membro da banca: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Título obtido: \_\_\_\_\_

Data da defesa: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Título do trabalho: \_\_\_\_\_

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): \_\_\_\_\_

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [ ]

Parcial: [ ]

Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) restrito(s):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE B



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento a Resolução PPGAPM nº XX/2019, autorizo ao Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia - CMRV/UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Temático MUDE, no formato especificado\* para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pelo PPGAPM / UFPI a partir desta data.

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do autor: \_\_\_\_\_

\* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

